

Traduzido do francês por FM, revisto e cotejado com o russo por CN, 28.07.2010

(Original francês em http://www.marxists.org/francais/inter_com/1928/ic6_prog.htm)

Programa da Internacional Comunista

Adoptado pelo VI Congresso Mundial

Moscovo, 1 de Setembro de 1928

A época do imperialismo é a do capitalismo em agonia. A guerra mundial de 1914-1918 e a crise geral do capitalismo que desencadeou foram resultado de uma profunda contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da economia mundial e as fronteiras dos estados. Mostraram e provaram que as condições materiais do socialismo no seio da sociedade capitalista já se encontram amadurecidas e que, tendo-se o invólucro da sociedade tornado um obstáculo intolerável para o desenvolvimento ulterior da humanidade, a história colocou na ordem do dia o derrubamento do jugo capitalista pela revolução.

O imperialismo sujeita as inumeráveis massas proletárias de todos os países – tanto nas metrópoles do poder capitalista como nos mais recônditos lugares do mundo colonial – à ditadura de uma plutocracia capitalista financeira. O imperialismo põe a nu e aprofunda com uma força cega todas as contradições da sociedade capitalista, leva ao extremo a opressão das classes, agudiza ao mais alto grau a luta entre os estados capitalistas, engendra a inevitabilidade das guerras imperialistas mundiais que abalam todo o sistema das relações de dominação e encaminha a sociedade, com uma necessidade irresistível, para a revolução proletária mundial.

Amarrando o mundo inteiro nos laços do capital financeiro, unindo pelo sangue, pelo ferro e pela fome os proletários de todos os países, de todas as nacionalidades e de todas as raças sob o seu jugo, agravando formidavelmente a exploração, a opressão e a sujeição do proletariado que coloca diante da tarefa imediata de conquistar o poder, o imperialismo cria a necessidade de uma estreita coesão dos operários num exército internacional único dos proletários de todos os países, formado independentemente das fronteiras dos estados, das diferenças de nacionalidade, de cultura, de língua, de raça, de sexo e de profissão. O imperialismo, desenvolvendo e criando assim as condições materiais do socialismo, coloca o proletariado frente à necessidade de organizar-se numa associação operária internacional de combate e assegura desse modo a coesão do exército dos seus próprios coveiros.

Por outro lado, o imperialismo separa das grandes massas a parte mais abastada da classe operária. Esta «aristocracia» operária, corrompida pelo imperialismo, que constitui os quadros dirigentes dos partidos sociais-democratas, interessada na pilhagem imperialista das colónias, devotada à «sua» burguesia e ao «seu» Estado imperialista, encontra-se, na hora das batalhas decisivas, ao lado do inimigo de classe do proletariado. A cisão do movimento socialista provocada pela traição de 1914 e pelas traições ulteriores dos partidos sociais-democratas, tornados de facto em partidos operários burgueses, provaram que o proletariado mundial não pode cumprir a sua missão histórica – quebrar o jugo do imperialismo e conquistar a ditadura do proletariado – senão através de uma luta

implacável contra a social-democracia. A organização das forças da revolução internacional não é, portanto, possível senão na base do comunismo. À II Internacional oportunista da social-democracia, opõe-se inelutavelmente a III, a Internacional Comunista, organização universal da classe operária, encarnando a unidade autêntica dos operários revolucionários de todos os países.

A guerra de 1914-1918 provocou as primeiras tentativas de criar uma nova Internacional revolucionária, como contraposição à II Internacional social-chauvinista e como instrumento de resistência ao imperialismo militarista (Zimmerwald, Kienthal). A vitória da revolução proletária na Rússia impulsionou a constituição de partidos comunistas nas metrópoles capitalistas e nas colónias. Em 1919 foi fundada a Internacional Comunista que, pela primeira vez na história, uniu efectivamente na luta revolucionária os elementos avançados do proletariado da Europa e da América aos proletários da China e das Índias, aos trabalhadores negros da África e da América.

Partido internacional único e centralizado do proletariado, a Internacional Comunista é a única continuadora dos princípios da Primeira Internacional, aplicados sobre a nova base de um movimento proletário revolucionário de massas. A experiência da primeira guerra imperialista, da crise revolucionária do capitalismo que lhe sucedeu e das revoluções da Europa e dos países coloniais, a experiência da ditadura do proletariado e da edificação do socialismo na URSS, a experiência do trabalho de todas as secções da Internacional Comunista, fixada nas decisões dos seus congressos, e, por fim, a internacionalização cada vez maior da luta entre a burguesia imperialista e o proletariado tornam indispensável a elaboração de um programa da Internacional Comunista, único e comum a todas as suas secções. O programa da IC realiza assim a mais alta síntese crítica da experiência do movimento revolucionário do proletariado, um programa de luta pela ditadura mundial do proletariado, um programa de luta pelo comunismo mundial.

A Internacional Comunista, que une os operários revolucionários e mobiliza milhões de oprimidos e explorados contra a burguesia e os seus agentes «socialistas», considera-se como a continuadora histórica da Liga dos Comunistas e da Primeira Internacional que estiveram sob a direcção imediata de Karl Marx, e como herdeira das melhores tradições de antes da guerra da II Internacional. A Primeira Internacional fundou as bases doutrinais da luta internacional do proletariado pelo socialismo. A II Internacional, na sua melhor época, preparou o terreno para uma larga expansão do movimento operário entre as massas. A III Internacional Comunista, prosseguindo a obra da Primeira Internacional e recolhendo os frutos do trabalho da Segunda, rejeitou-lhe o oportunismo, o social-chauvinismo, a deformação burguesa do socialismo, e começou a realizar a ditadura do proletariado. A Internacional Comunista prossegue assim as tradições heróicas e gloriosas do movimento operário internacional: as dos cartistas ingleses e dos insurrectos franceses de 1830; as dos operários revolucionários franceses e alemães de 1848; as dos combatentes imortais e dos mártires da Comuna de Paris; as dos valorosos soldados das revoluções alemã, húngara e finlandesa; as dos operários outrora curvados sob o despotismo tsarista e concretizadores vitoriosos da ditadura do proletariado; as dos proletários chineses, heróis de Cantão e de Xangai.

Inspirando-se na experiência histórica do movimento revolucionário de todos os continentes e de todos os povos, a Internacional Comunista coloca-se inteiramente e sem reservas na sua actividade teórica e prática no terreno do marxismo revolucionário, do qual o leninismo – que é o marxismo da época do imperialismo e das revoluções proletárias – é o desenvolvimento ulterior.

Defendendo e propagando o materialismo dialéctico de Marx e de Engels, aplicando-o como método revolucionário de conhecimento da realidade visando a sua transformação revolucionária, a Internacional Comunista combate activamente todas as variedades do pensamento burguês e o oportunismo teórico e prático. Mantendo-se no terreno da luta de classe proletária consequente, subordinando os interesses conjunturais, parciais, corporativos e nacionais do proletariado aos seus interesses permanentes, gerais e internacionais, a Internacional Comunista desmascara impiedosamente, em todas as suas formas, a doutrina da «paz social» tomada pelos reformistas à burguesia. Exprimindo a necessidade histórica da organização internacional dos proletários revolucionários, coveiros do sistema capitalista, a Internacional Comunista é a única força internacional que tem como programa a ditadura do proletariado e o comunismo e que age abertamente como organizadora da revolução proletária mundial.

I. O sistema mundial do capitalismo, o seu desenvolvimento e a sua inevitável ruína

1. As leis gerais do desenvolvimento do capitalismo e a época do capital industrial

A sociedade capitalista, fundada sobre o desenvolvimento da produção de mercadorias, é caracterizada pelo monopólio da classe dos capitalistas e dos grandes proprietários de terras sobre os mais importantes e decisivos meios de produção, pela exploração da mão-de-obra assalariada da classe dos proletários, privados dos meios de produção e obrigados a vender a sua força de trabalho, pela produção de mercadorias com o objectivo da obtenção de lucro, pela ausência de planificação e pela anarquia que resulta destas diversas causas no conjunto do processo de produção. As relações sociais de exploração e a dominação económica da burguesia encontram a sua expressão política na organização do Estado capitalista, aparelho de coerção contra o proletariado.

A história do capitalismo confirma inteiramente a doutrina de Marx sobre as leis do desenvolvimento da sociedade capitalista e sobre as contradições inerentes a esse desenvolvimento que levam o sistema capitalista à sua inelutável perda.

Na sua corrida ao lucro, a burguesia foi obrigada a desenvolver, em proporções sempre crescentes, as forças produtivas, a reforçar e alargar o domínio das relações capitalistas de produção. O desenvolvimento do capitalismo, por esse motivo, reproduziu constantemente, numa base alargada, todas as contradições internas do sistema, antes do mais a contradição decisiva entre o carácter social do trabalho e o carácter privado da apropriação, entre o crescimento das forças produtivas e as relações capitalistas de propriedade. A propriedade dos meios de produção e o funcionamento espontâneo e anárquico da própria produção provocaram a ruptura do equilíbrio económico entre os diferentes ramos da produção devido ao desenvolvimento da contradição entre o alargamento ilimitado da produção e o consumo limitado das massas proletárias (*sobreprodução geral*), o que arrastou a crises periódicas devastadoras e levou ao desemprego massas de proletários. O domínio da propriedade privada traduziu-se por uma concorrência incessantemente crescente, tanto no interior de cada país capitalista como no mercado mundial. Esta última forma de rivalidade

entre capitalistas teve como consequência as guerras que acompanham inevitavelmente o desenvolvimento capitalista.

As vantagens técnicas e económicas da grande produção provocaram, por outro lado, através do jogo da concorrência, a eliminação e a destruição das formas pré-capitalistas da economia e *uma concentração e uma centralização crescente* do capital. Na indústria, esta lei de concentração e de centralização manifestou-se antes de tudo através do definhamento da pequena produção ou pela sua redução a um papel de auxiliar subordinado às grandes empresas. Na agricultura, cujo desenvolvimento é necessariamente atrasado em consequência do monopólio da propriedade do solo e da renda absoluta, esta lei exprimiuse não apenas pela diferenciação do campesinato e pela proletarização de largas camadas de camponeses, mas também e sobretudo por formas visíveis ou veladas da dominação do grande capital sobre a pequena economia rural que, neste caso, não pode conservar uma aparência de independência senão ao preço de uma extrema intensidade do trabalho e de um subconsumo sistemático.

A utilização crescente das máquinas, o aperfeiçoamento constante da técnica e, nesta base, o crescimento incessante da composição orgânica do capital, acompanhadas da crescente divisão do trabalho, do aumento da sua produtividade e a sua intensificação, significaram igualmente o emprego mais amplo da mão-de-obra feminina e infantil e a formação de enormes exércitos industriais de reserva, engrossados sem cessar pelos camponeses proletarizados, expulsos dos campos, e pela pequena e média burguesia arruinada das cidades. Num dos pólos das relações sociais, a formação de massas consideráveis de proletários, intensificação contínua da exploração da classe operária, reprodução numa base alargada das contradições profundas do capitalismo e das suas consequências (crises, guerras, etc.), aumento constante da desigualdade social, crescimento da indignação do proletariado, concentrado e educado pelo próprio mecanismo da produção capitalista, tudo isto mina infalivelmente as bases do capitalismo e aproxima o momento da sua derrocada.

Uma profunda convulsão produziu-se simultaneamente em toda a ordem moral e cultural da sociedade capitalista: decomposição parasitária dos grupos rentistas da burguesia, dissolução da família, exprimindo a contradição crescente entre a participação em massas das mulheres na produção social e as formas da família e da vida doméstica herdadas em larga medida das épocas económicas anteriores; desenvolvimento monstruoso das grandes cidades e mediocridade da vida rural em consequência da divisão e da especialização do trabalho; empobrecimento e degenerescência da vida intelectual e da cultura geral; incapacidade da burguesia de criar, a despeito dos grandes progressos das ciências naturais, uma síntese filosófica científica do mundo; desenvolvimento das superstições idealistas, místicas e religiosas, todos estes fenómenos assinalam a aproximação do fim histórico do sistema capitalista.

2. A época do capital financeiro (imperialismo)

O período do capitalismo industrial foi, em geral, um período de «livre concorrência» durante o qual o capitalismo evoluiu com uma relativa regularidade e se expandiu por todo o globo através da repartição das colónias ainda livres, conquistadas pela força das armas, recaindo o peso das contradições internas do capitalismo, em crescimento incessante, principalmente sobre a periferia colonial oprimida, aterrorizada e sistematicamente espoliada.

Este período deu lugar, por volta do princípio do século XX, ao do *imperialismo*, caracterizado pelo desenvolvimento do capitalismo por saltos bruscos e por conflitos, num momento em que a livre concorrência cedeu o seu lugar ao monopólio, em que as terras coloniais antes «livres» se encontravam repartidas e em que a luta por uma nova partilha das colónias e das esferas de influência começou a tomar, inevitavelmente e em primeiro lugar, a forma da luta armada.

Deste modo, as contradições do capitalismo adquiriram em toda a sua dimensão e à escala mundial a sua expressão mais nítida na *época do imperialismo* (capitalismo financeiro), que representa uma nova forma histórica do próprio capitalismo, uma nova relação entre as diferentes partes da economia capitalista mundial e uma modificação das relações entre as classes fundamentais da sociedade capitalista.

Este novo período histórico resulta da acção das leis essenciais do desenvolvimento da sociedade capitalista. Amadurece com o desenvolvimento do capitalismo industrial e é a sua continuação histórica. Acentua a manifestação das tendências fundamentais e das leis do movimento da sociedade capitalista, das suas contradições e antagonismos fundamentais. A lei da concentração e da centralização do capital conduz à formação de poderosos grupos monopolistas (cartéis, sindicatos, *trusts*), a uma nova forma de empresas gigantes combinadas. Ligadas num só feixe pelos bancos. A fusão do capital industrial e do capital bancário, a entrada da grande propriedade fundiária no sistema geral do capitalismo, caracterizado a partir de então pelos monopólios, transformaram o período do capital industrial no do capital financeiro. A «livre concorrência» do capitalismo industrial, que tinha outrora substituído o monopólio feudal e o monopólio do capital comercial, transformou-se ela própria em *monopólio do capital financeiro*. Os monopólios capitalistas, saídos da livre concorrência, embora não a suprimam, dominam-na ou coexistem com ela, provocando assim contradições, confrontos e conflitos de uma acuidade e gravidade particulares.

O emprego crescente de máquinas complexas, de processos químicos e de energia eléctrica, o aumento da composição orgânica do capital nesta base e a queda da taxa de lucro que daí decorre – que só parcialmente é travada em favor das maiores associações monopolistas pela política de altos preços dos cartéis – provocam a continuação da corrida aos superlucros coloniais e a luta por uma nova partilha do mundo. A produção em massa, standardizada, exige novos mercados externos de escoamento. A procura crescente de matérias-primas e de combustíveis provoca ásperas rivalidades pelo controlo das suas fontes. Por fim, o alto protecçãoismo, impedindo a exportação de mercadorias e assegurando um superlucro ao capital exportado, cria estímulos complementares à exportação de capitais que se torna na forma decisiva e específica da conexão económica entre as diferentes partes da economia capitalista mundial. Em resultado, o controlo monopolista dos mercados coloniais de escoamento, das fontes de matérias primas e das esferas de investimentos de capitais acentua fortemente a desigualdade do desenvolvimento capitalista e agrava os conflitos entre as «grandes potências» do capital financeiro por uma nova partilha das colónias e das esferas de influência.

O crescimento das forças produtivas da economia mundial conduz portanto a uma maior internacionalização da vida económica e, ao mesmo tempo, à luta por uma nova partilha do mundo, já repartido entre os grandes estados do capital financeiro; provoca igualmente uma alteração e um agravamento das formas desta luta: a substituição cada vez mais frequente da concorrência mediante o abaixamento dos preços pelo apelo directo à força (boicote, alto protecçãoismo, guerras alfandegárias, guerras no sentido próprio da palavra, etc.). O capitalismo, sob a sua forma monopolista, é, por consequência, acompanhado de

guerras imperialistas inevitáveis que, pela sua amplitude e poder destrutivo da técnica usada, não têm precedente na história do mundo.

3. As forças do imperialismo e as forças da revolução

A forma imperialista do capitalismo, que exprime a tendência para a coesão das diversas facções da classe dominante, opõe as grandes massas do proletariado não a um patrão isolado, mas, cada vez mais, a toda a classe dos capitalistas e ao seu Estado. Por outro lado, esta forma de capitalismo desfaz as fronteiras dos estados nacionais tornadas demasiado estreitas e alarga o quadro do poder capitalista das grandes potências, opondo a esse poder os milhões de homens das nacionalidades oprimidas, das «pequenas» nações e dos povos coloniais. Enfim, esta forma de capitalismo opõe com mais agudeza os estados imperialistas uns aos outros.

Neste estado de coisas, o poder político adquire para a burguesia uma importância particular, torna-se na ditadura de uma oligarquia financeira e capitalista, a expressão do seu poderio concentrado. As funções desse Estado imperialista, que compreende numerosas nacionalidades, desenvolvem-se em todos os sentidos. O desenvolvimento das formas do capitalismo de Estado facilita ao mesmo tempo a luta nos mercados externos (mobilização militar da economia) e a luta contra a classe operária. O desenvolvimento monstruoso ao extremo do militarismo (exército, frotas aérea e naval, armas químicas e biológicas), a pressão crescente do Estado imperialista sobre a classe operária (exploração acrescida e repressão directa, por um lado, corrupção sistemática da burocracia reformista dirigente, por outro), exprimem o enorme crescimento do papel do Estado. Nestas condições qualquer acção mais ou menos importante do proletariado se transforma numa acção contra o Estado, quer dizer, numa acção política.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo e, mais particularmente, a época imperialista reproduzem as condições fundamentais do capitalismo a uma escala cada vez mais considerável. A concorrência entre pequenos capitalistas não cessa senão para dar lugar à concorrência entre grandes capitalistas; quando esta se acalma, desencadeia-se a concorrência entre as formidáveis coligações dos magnatas do Capital e dos seus estados; as crises locais e nacionais estendem-se a diversos países e acabam por abraçar o mundo inteiro; as guerras locais dão lugar às guerras de coligações e às guerras mundiais; a luta de classes passa da acção isolada de certos grupos de operários às lutas nacionais, depois à luta internacional do proletariado mundial contra a burguesia mundial. Enfim, levantam-se e organizam-se contra as forças do capital financeiro poderosamente organizado, duas grandes forças revolucionárias: de um lado, os operários dos estados capitalistas e, do outro lado, as massas populares das colónias curvadas sob o jugo do capital estrangeiro, mas lutando sob a direcção e hegemonia do movimento revolucionário proletário internacional.

Esta tendência revolucionária fundamental é no entanto temporariamente paralisada pela corrupção de certos elementos do proletariado europeu, norte-americano e japonês vendidos à burguesia imperialista e pela traição da burguesia nacional dos países coloniais e semicoloniais assustados pelo movimento revolucionário das massas. A burguesia das grandes potências imperialistas, arrecadando um lucro suplementar, tanto em razão da sua posição no mercado mundial em geral (técnica mais desenvolvida, exportação de capitais para países onde a taxa de lucro é mais alta, etc.) como em razão da pilhagem das colónias e das semicolónias, pôde aumentar, graças a esses superlucros, os salários dos «seus» operários, despertando-lhes assim o interesse pelo desenvolvimento do capitalismo da sua

«pátria», pela pilhagem das colónias e pela fidelidade para com o Estado imperialista. Esta corrupção sistemática manifestou-se e manifesta-se particularmente ainda em larga escala nos países imperialistas mais poderosos; encontra a sua expressão mais relevante na ideologia e na acção da aristocracia operária e nas camadas burocráticas da classe operária, quer dizer nos quadros dirigentes da social-democracia e dos sindicatos que se revelaram como agentes directos da influência burguesa no seio do proletariado e os melhores apoios do regime capitalista.

Mas após ter desenvolvido a aristocracia corrompida da classe operária, o imperialismo acaba por destruir a sua influência sobre o proletariado, na medida em que se acentuam as contradições do regime, o agravamento das condições de vida e o desemprego de grandes massas operárias, as despesas e os enormes custos provocados pelos conflitos armados, a perda de certas posições que os monopólios detinham no mercado mundial, a separação das colónias, etc., abalam a base do social-imperialismo nas massas. Do mesmo modo, a corrupção sistemática de diversas camadas da burguesia das colónias e das semicolónias, a sua traição ao movimento nacional-revolucionário e aproximação às potências imperialistas não paralisam senão temporariamente o desenvolvimento da crise revolucionária. Este processo leva, por fim, ao reforço da opressão imperialista, ao enfraquecimento da influência da burguesia nacional sobre as massas populares, ao agravamento da crise revolucionária, ao desencadear da revolução agrária de grandes massas camponesas e à criação de condições favoráveis à hegemonia do proletariado dos países coloniais e dependentes na luta das massas populares, pela independência e por uma completa libertação nacional.

4. O imperialismo e a queda do capitalismo

O imperialismo elevou as forças produtivas do capitalismo mundial a um alto grau de desenvolvimento. Concluiu a preparação das premissas materiais para a organização socialista da sociedade. Demonstra, pelas suas guerras, que as forças produtivas da economia mundial ultrapassaram o quadro restrito dos estados imperialistas e exigem a organização da economia a uma escala internacional mundial. O imperialismo esforça-se por resolver esta contradição, rompendo a ferro e fogo a via para um *trust* capitalista de Estado mundial e único que organizaria a economia mundial. Esta sangrenta utopia é glorificada pelos ideólogos sociais-democratas que vêem nela o método pacífico do novo capitalismo «organizado». Na realidade, ela confronta-se com obstáculos insuperáveis objectivos de uma tal dimensão que o capitalismo sucumbirá inevitavelmente sob o peso das suas próprias contradições. A lei da desigualdade do desenvolvimento capitalista, acentuada na época imperialista, torna possíveis agrupamentos estáveis e duradouros de potências imperialistas. Por outro lado, as guerras imperialistas, que se transformam em guerras mundiais pelas quais a lei de concentração do capital se esforça por atingir o seu limite extremo – o *trust* mundial único –, são acompanhadas de tais devastações, impõem à classe operária e aos milhões de proletários e de camponeses das colónias tais agravos, que o capitalismo perecerá inevitavelmente sob os golpes da revolução proletária, bem antes de ter atingido essa finalidade.

Fase suprema do desenvolvimento capitalista, levando as forças produtivas da economia mundial a um desenvolvimento de amplitude formidável, recriando o mundo inteiro à sua imagem, o imperialismo arrasta para o campo da exploração do capital financeiro todas as colónias, todas as raças e todos os povos. Mas a forma monopolista do capital desenvolve

simultaneamente num grau crescente os elementos de degenerescência parasitária, de apodrecimento e declínio do capitalismo. Destruindo em certa medida essa força motriz que é a concorrência, levando a cabo uma política de altos preços fixados pelos cartéis, dispondo sem restrições do mercado, o capital monopolista tende a travar o desenvolvimento ulterior das forças produtivas. Arrancando a milhões de operários e de camponeses coloniais superlucros fabulosos e acumulando enormes proventos dessa exploração, o imperialismo cria um tipo de Estado dependente da renda, em degeneração parasitária e apodrecimento, e camadas inteiras parasitas que vivem de cupões de renda. Concluindo o processo da criação das premissas materiais do socialismo (concentração dos meios de produção, imensa socialização do trabalho, crescimento das organizações operárias), a época imperialista agrava as contradições existentes entre as «grandes potências» e engendra guerras que culminam na desagregação da unidade da economia mundial. O imperialismo é, por esse motivo, *o capitalismo em decomposição e agonizante* e, em geral, a última etapa da evolução capitalista, *o prelúdio da revolução socialista mundial*.

A revolução proletária internacional decorre assim das condições do desenvolvimento do capitalismo em geral e da sua fase imperialista em particular. O sistema capitalista conduz no seu conjunto a uma falência definitiva. A ditadura do capital financeiro perece, dando lugar à *ditadura do proletariado*.

II. A crise geral do capitalismo e a primeira fase da revolução mundial

1. A guerra mundial e o desenvolvimento da crise revolucionária

A luta entre os principais estados capitalistas por uma nova partilha do mundo provocou a primeira guerra imperialista mundial (1914-1918). Esta guerra abalou o sistema capitalista mundial e inaugurou o período da sua *crise geral*. Colocou ao seu serviço toda a economia nacional dos países beligerantes, criando assim o punho de ferro do capitalismo de Estado; obrigou a fabulosas despesas improdutivas, destruiu uma enorme quantidade de meios de produção e de mão-de-obra, arruinou amplas massas populares, colocou cargas incalculáveis sobre os operários industriais, os camponeses e os povos coloniais. Agravou inevitavelmente a luta de classes, que se transformou em acção revolucionária de massas e em *guerra civil*. A frente imperialista foi rompida no seu sector mais fraco, a Rússia tsarista. *A revolução russa de Fevereiro de 1917* estilhaçou o poder, a autocracia dos grandes latifundiários. *A revolução de Outubro* derrubou o poder da burguesia. Esta revolução proletária vitoriosa expropriou os expropriadores, retirou à burguesia e aos latifundiários os meios de produção, estabeleceu e consolidou, pela primeira vez na história da humanidade, a ditadura do proletariado num grande país, realizou um novo tipo de Estado, o *Estado soviético*, e inaugurou a *revolução proletária internacional*.

O profundo abalo do capitalismo mundial, o agravamento da luta de classes e a influência imediata da revolução proletária de Outubro determinaram as revoluções e os movimentos revolucionários, tanto na Europa como nos países coloniais e semicoloniais: Janeiro de 1918, revolução operária na Finlândia; Agosto de 1918, «revoltas do arroz» no Japão; Novembro de 1918, revoluções na Áustria e na Alemanha, derrubando monarquias semifeudais; Março de 1919, revolução proletária na Hungria e sublevação na Coreia; Abril

de 1919, República dos Sovietes na Baviera; Janeiro de 1920, revolução nacional burguesa na Turquia; Setembro de 1920, ocupação das fábricas pelos operários na Itália; Março de 1921, sublevação da vanguarda operária na Alemanha; Setembro de 1923, insurreição na Bulgária; Outono de 1923, crise revolucionária na Alemanha; Dezembro de 1924, insurreição na Estónia; Abril de 1925, sublevação em Marrocos; Agosto de 1925, sublevação na Síria; Maio de 1926, greve geral em Inglaterra; Julho de 1927, insurreição operária em Viena. Estes factos e acontecimentos tais como a insurreição da Indonésia, a profunda efervescência na Índia, a grande revolução chinesa que abalou todo o continente asiático, formam os elos da cadeia da acção revolucionária internacional e são os elementos constitutivos da grave crise geral do capitalismo. O processo da revolução mundial compreende a luta imediata pela ditadura do proletariado, as guerras de libertação nacional e as sublevações coloniais contra o imperialismo, indissolivelmente ligadas ao movimento agrário das grandes massas camponesas. Uma massa incalculável de homens achou-se assim arrastada pela torrente revolucionária. A história do mundo entrou numa nova fase, a fase da crise geral e duradoura do sistema capitalista. A unidade da economia mundial exprime-se pelo carácter internacional da revolução; e a desigualdade de desenvolvimento das diversas partes da economia mundial no facto de que as revoluções não eclodem simultaneamente em diferentes países.

As primeiras tentativas de revolução, nascidas da crise aguda do capitalismo (1918-1921), terminaram com a vitória e consolidação da ditadura do proletariado na URSS e com a derrota do proletariado em diversos outros países. Estas derrotas são devidas, antes de mais, à tática de traição dos chefes sociais-democratas e dos líderes reformistas do movimento sindical; ao facto de que os comunistas não tinham ainda atrás de si a maioria da classe operária e que em muitos países importantes ainda não existiam partidos comunistas.

Na sequência destas derrotas, que tornaram possível a exploração acrescida das massas proletárias e dos povos coloniais e uma brusca redução do seu nível de vida, a burguesia alcançou uma estabilização parcial do regime capitalista.

2. A crise revolucionária da social-democracia contra-revolucionária

Os quadros dirigentes dos partidos sociais-democratas e dos sindicatos reformistas e as organizações capitalistas de choque de tipo fascista adquiriram, no decurso da revolução internacional, a maior importância como força contra-revolucionária que combate activamente a revolução e apoia ao mesmo tempo a estabilização parcial do capital.

A guerra de 1914-1918 foi acompanhada pela vergonhosa *falência da II Internacional social-democrata*. Em contradição absoluta com a tese do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, que afirma que os proletários não têm pátria em regime capitalista, em contradição absoluta com as resoluções adoptadas contra a guerra pelos congressos socialistas internacionais de Estugarda e de Basileia, os chefes dos partidos sociais-democratas nacionais, com algumas excepções, votaram os créditos de guerra, pronunciaram-se resolutamente pela «defesa nacional» das suas «pátrias» imperialistas (quer dizer, dos estados da burguesia imperialista) e, em lugar de opor-se à guerra imperialista, tornaram-se seus fiéis soldados, seus propagandistas, seus incensadores (o social-patrotismo transformou-se assim em social-imperialismo). No período seguinte, a social-democracia defendeu os tratados espoliadores (Brest-Litovsk, Versalhes); interveio activamente ao lado dos generais na repressão sangrenta das sublevações proletárias

(Noske¹); combateu com armas nas mãos a primeira República proletária (a Rússia dos Sovietes); traiu vergonhosamente o proletariado no poder (Hungria); aderiu à Sociedade das Nações imperialista (A. Thomas,² Paul-Boncour,³ Vandervelde⁴); colocou-se abertamente ao lado dos escravagistas imperialistas contra os escravos coloniais (o *Labour Party* inglês); apoiou activamente os carrascos mais reaccionários da classe operária (Bulgária, Polónia); promoveu as «leis militares» imperialistas (França); traiu a grande greve geral do proletariado inglês; ajudou a estrangular a greve dos mineiros ingleses; ajudou e ajuda ainda a oprimir a China e a Índia (governo Mac Donald⁵); assume o papel de propagandista da Sociedade das Nações imperialista, de arauto do capital e de força organizadora da luta contra a ditadura do proletariado na URSS (Kautsky,⁶ Hilferding⁷).

¹ Noske, Gustav (1868-1946), social-democrata alemão da ala direita, ministro da Defesa da Alemanha (1919-1920), comandou a repressão dos comunistas e sociais-democratas de esquerda e o assassinio de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, tendo declarado a propósito que «É preciso que alguém faça o papel de cão sangrento. Não temo as responsabilidades». Demitido em 1933 pelos nazis do cargo de governador de Nanover, que ocupava desde 1920, é preso em 1937 e internado em campos de concentração até ser libertado pelos soviéticos em Maio de 1945. (N. Ed.)

² Thomas, Albert (1878-1932), político francês, socialista de direita. social-chauvinista durante a I Guerra Mundial, membro do governo burguês francês. Em 1917, após a revolução de Fevereiro, deslocou-se à Rússia para agitar em defesa da continuação da guerra. Em 1919, foi um dos organizadores da Internacional de Berna, constituída por partidos reformistas. (N. Ed.)

³ Paul-Boncour, Joseph (1873-1972), advogado próximo dos socialistas franceses, é eleito deputado em 1909, entrando para o governo como ministro do Trabalho em 1911. Ingressa na SFIO em 1916, partido com o qual rompe em 1931, regressando ao Partido Republicano-Socialista que se funde em 1935 na União Socialista Republicana. Senador (1931-1940), ministro da Guerra (1932), torna-se presidente do Conselho de Ministros entre Dezembro de 1932 e 1933. Após a queda do seu governo, permanece como ministro dos Negócios Estrangeiros até 1934, ministro de Estado até 1936 e de novo dos Negócios Estrangeiros entre Março e Abril de 1938. Perseguido pela Gestapo adere em Junho de 1944 à Resistência. Após a libertação volta a aderir à SFIO. (N. Ed.)

⁴ Vandervelde Émile, (1866-1938), professor universitário da cadeira de sociologia, foi um dos principais dirigentes do Partido Socialista Belga desde a sua fundação em 1885. Foi presidente do *Bureau* Socialista Internacional, destacando-se pelas suas posições de direita no panorama da época do socialismo europeu. Em 1900 pronunciou-se contra o reconhecimento imediato do direito de voto das mulheres, apesar tal reivindicação constar no programa do seu partido. Em 1914 aceita participar no governo como ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1918 a 1921 é ministro da Justiça e volta aos Negócios Estrangeiros entre 1925 e 1927. (N. Ed.)

⁵ Mac Donald, James Ramsay (1866-1937), fundador e dirigente do Partido Trabalhista Independente e do Partido Trabalhista, pregou a teoria da conciliação de classes e da gradual transformação do capitalismo em socialismo. Apoiou a burguesia na I Guerra Mundial. Em 1924 torna-se primeiro-ministro da Grã-Bretanha, com o apoio dos liberais, aliança que se desfaz ao fim de nove meses. Regressa à chefia do governo em 1929, formando, em 1931, um governo de unidade nacional, constituído maioritariamente por conservadores, que provocou a sua expulsão do Partido Trabalhista.

⁶ Kautski, Karl (1854-1938), dirigente do Partido Social-Democrata Alemão e da II Internacional. Inicialmente marxista, mais tarde renegado da teoria revolucionária, torna-se ideólogo do centrismo. Depois da Revolução de Outubro na Rússia, manifesta-se contra a ditadura do proletariado, o Partido Comunista e o Estado Soviético. (N. Ed.)

⁷ Hilferding, Rudolf (1877-1941), dirigente e teórico da social-democracia alemã e da II Internacional. Jornalista, participou na revolução de Novembro de 1918, tornando-se ministro das Finanças, em 1923 e entre 1928 e 1929. Exila-se em França na sequência da ascensão do fascismo em 1933, onde é assassinado Gestapo em 1941. (N. Ed.)

Prosseguindo sistematicamente esta política contra-revolucionária, a social-democracia opera alternadamente por meio das suas duas alas: a ala *direita*, abertamente contra-revolucionária, indispensável às negociações e à ligação directa com a burguesia, e a ala *esquerda*, destinada a enganar os operários com uma subtileza particular. A «esquerda» social-democrata, usando de bom grado a frase pacifista e por vezes mesmo a frase revolucionária, age na realidade contra os operários, sobretudo nas horas mais críticas (os «independentes» ingleses e a «esquerda» do Conselho Geral das *Trade-Unions* durante a greve geral de 1926; Otto Bauer⁸ e C.^a durante a insurreição vienense, etc.) e constitui por essa razão a fracção mais perigosa dos partidos sociais-democratas. Servindo no seio da classe operária os interesses da burguesia e colocando-se inteiramente no terreno da colaboração de classes e da coligação com a burguesia, a social-democracia é, em certos momentos, constrangida a passar à oposição e mesmo a simular a defesa dos interesses da classe do proletariado na sua luta económica; fá-lo com a única finalidade de adquirir a confiança de uma parte da classe operária e de trair os seus interesses permanentes, tanto mais vergonhosamente na hora das batalhas decisivas.

O papel essencial da social-democracia é agora o de minar a indispensável unidade de combate do proletariado em luta contra o imperialismo. Cindindo e dividindo a frente vermelha única da luta proletária contra o capital, a social-democracia é o principal apoio do imperialismo na classe operária. A social-democracia internacional de todos os matizes, a II Internacional e a sua filial sindical, a Federação Sindical Internacional de Amsterdão, tornaram-se deste modo nas reservas da sociedade burguesa, na sua mais segura trincheira.

3. A crise do capitalismo e o fascismo

Ao lado da social-democracia, com a ajuda da qual a burguesia reprime o movimento operário ou adormece a sua vigilância de classe, ergue-se o *fascismo*.

Na época do imperialismo, o agravamento da luta de classes e o desenvolvimento, sobretudo após a guerra imperialista mundial, dos elementos da guerra civil, conduziram a uma crise do parlamentarismo. Daí os «novos» métodos e as novas formas de governo (o sistema de «pequenos gabinetes», a formação de oligarquias agindo nos bastidores, a degradação e a falsificação da «representação popular», as restrições às «liberdades democráticas», que por vezes são abolidas, etc.). Esta ofensiva da reacção burguesa imperialista, toma, em certas condições históricas, a forma do fascismo. Essas condições são: a instabilidade das relações capitalistas, a existência de importantes elementos sociais desclassificados, o empobrecimento de grandes camadas da pequena burguesia dos campos e, por fim, a constante ameaça da acção de massas do proletariado. Para garantir uma estabilidade, uma firmeza e uma continuidade maiores do seu poder, a burguesia vê-se cada vez mais na necessidade de passar do sistema parlamentar ao método fascista, independentemente das relações e das composições de partidos. Este método da ditadura directa, ideologicamente camuflada com a ajuda da «ideia nacional» e da representação «corporativa» (que é na realidade a dos diversos grupos das classes dominantes), explora o descontentamento das massas pequeno-burguesas, dos intelectuais e doutros meios sociais

⁸ Bauer, Otto, verdadeiro nome Heinrich Weber (1882-1932), social-democrata austríaco, dirigente da II Internacional, ideólogo do oportunismo, elaborou a teoria da «autonomia-nacional-cultural. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, combateu o movimento revolucionário da classe operária da Áustria. Em 1934 exila-se em França onde vem a falecer. (*N. Ed.*)

através de uma demagogia social bastante particular (anti-semitismo, ataques parciais contra o capital usurário, indignação contra a «palração parlamentar») e mediante a corrupção através da criação de uma hierarquia sólida e remunerada das milícias fascistas, de um aparelho partidário e de um corpo de funcionários. Além disso, o fascismo esforça-se por penetrar nos meios operários, onde recruta os elementos mais atrasados, aproveitando o descontentamento causado pela passividade da social-democracia, etc. O fascismo atribui-se como tarefa principal a destruição da vanguarda operária revolucionária, isto é, os sectores comunistas do proletariado e os seus quadros. A combinação da demagogia social com a corrupção e o terror branco a par de uma política externa imperialista muito agressiva constituem os traços característicos do fascismo. Recorrendo nos períodos mais críticos para a burguesia a uma fraseologia anticapitalista, o fascismo perde pelo caminho os seus adornos anticapitalistas e revela-se cada vez mais, a partir do momento em que se consolida no poder, como ditadura terrorista do grande capital.

Adaptando-se às mudanças da conjuntura política, a burguesia utiliza à vez os métodos do fascismo e os da coligação com a social-democracia, sendo que esta última, nas horas mais críticas para o capitalismo, desempenha frequentemente um papel fascista. Manifestando no seu desenvolvimento tendências fascistas, isto não a impede, noutras conjunturas políticas, de censurar o governo burguês, na qualidade de partido de oposição. A burguesia serve-se dos métodos fascistas e da coligação com a social-democracia, enquanto métodos inabituais do capitalismo «normal» que atestam a crise geral do regime, para atrasar a marcha ascendente da revolução.

4. As contradições da estabilização capitalista e a inelutabilidade da queda revolucionária do capitalismo

A experiência de todo o período histórico do pós-guerra demonstra que a estabilização do capitalismo, realizada mediante a impiedosa repressão da classe operária e o agravamento sistemático das suas condições de vida, não pode ser senão parcial, temporária e precária.

O desenvolvimento febril e brusco da técnica, correspondendo em alguns países a uma nova revolução técnica, a aceleração do processo de concentração e centralização do capital, a criação de *trusts* gigantescos, de monopólios «nacionais» e «internacionais», a interpenetração dos trusts e do Estado, o crescimento da economia capitalista mundial não podem no entanto remediar à crise geral do sistema capitalista. A divisão da economia mundial em sectores capitalista e socialista, a contracção dos mercados, o movimento anti-imperialista das colónias agravam ao extremo todas as contradições do capitalismo que se desenvolve sobre a sua nova base do pós-guerra. O próprio progresso técnico e a racionalização da indústria, cujo reverso é o fecho e a liquidação de empresas, a limitação da produção, a exploração impiedosa e rapace da mão-de-obra levam a um desemprego crónico de uma amplitude sem precedentes. O agravamento absoluto das condições de vida da classe operária, mesmo nos países capitalistas muito desenvolvidos, torna-se um facto evidente. A concorrência crescente entre os países imperialistas, a ameaça constante de guerras criam as condições de uma fase nova e superior do desenvolvimento da crise geral do capitalismo e da revolução proletária mundial.

No seguimento do primeiro ciclo destas guerras imperialistas (guerra mundial de 1914-1918) e da vitória conquistada em Outubro de 1917 pela classe operária no antigo império dos tsares, a economia mundial cindiu-se em duas partes irredutivelmente opostas: os

estados imperialistas e a ditadura do proletariado na URSS. As diferenças da estrutura de classes, da natureza de classe do poder, as diferenças de princípio dos objectivos prosseguidos na política interna e externa, na política económica e cultural, a diferente orientação de princípio de todo o desenvolvimento dos dois sistemas opõem violentamente o mundo capitalista ao Estado do proletariado vitorioso. Dois sistemas antagónicos confrontam-se no quadro da economia mundial anteriormente único: capitalismo e socialismo. A luta de classes, que até agora era conduzida sem que o proletariado tivesse poder de Estado próprio, reproduz-se agora numa escala imensa, verdadeiramente universal, tendo já a classe operária o seu Estado, a sua única pátria. A existência da União soviética e a influência mundial que exerce sobre as massas laboriosas e oprimidas são a manifestação mais clara da crise profunda do sistema capitalista mundial, do alargamento e agudização sem precedentes da luta de classes.

O mundo capitalista, incapaz de ultrapassar as suas contradições internas, tenta criar associações internacionais (Sociedade das Nações) cujo objectivo principal é o de travar o desenvolvimento irresistível da crise revolucionária e de estrangular pelo bloqueio ou a guerra a União das Repúblicas proletárias. Simultaneamente todas as forças do proletariado revolucionário e das massas coloniais oprimidas concentram-se em redor da URSS: face à coligação mundial do *capital*, precário e roído no seu interior, mas armado até aos dentes, ergue-se a coligação mundial, única, do *trabalho*. Deste modo, no seguimento do primeiro ciclo das guerras imperialistas surgiu uma nova contradição fundamental de uma envergadura e de um significado históricos mundiais: *a contradição entre a URSS e o mundo capitalista.*

Os antagonismos também se agravaram no sector capitalista da economia mundial. A deslocação do centro económico mundial para os Estados Unidos da América, a transformação da «república do dólar» em explorador mundial agravaram as relações entre os Estados Unidos e o capitalismo europeu, em primeiro lugar com a Grã-Bretanha. O conflito entre o mais poderoso dos velhos países imperialistas e conservadores, a Grã-Bretanha, e o maior país do jovem imperialismo, que já conseguiu conquistar a hegemonia mundial, os Estados Unidos, torna-se no eixo dos conflitos mundiais entre os Estados do capital financeiro. A Alemanha, despojada pelo tratado de Versalhes, restabeleceu-se economicamente e envereda mais uma vez pela via da política imperialista, apresentando-se novamente como um sério concorrente no mercado mundial. Em torno do Pacífico tece-se uma trama de contradições, onde o conflito americano-japonês é a base principal. A par destes antagonismos fundamentais, desenvolvem-se conflitos de interesses entre agrupamentos de potências instáveis e em constante alteração, encontrando-se os estados de segunda ordem reduzidos a um papel auxiliar nas mãos dos gigantes imperialistas e das suas coligações.

O crescimento da capacidade de produção do aparelho industrial do capitalismo mundial, num quadro de redução dos mercados internos da Europa, na sequência da guerra e da saída da União Soviética da esfera das trocas puramente capitalistas, e de extrema monopolização das principais fontes de matérias-primas e de combustíveis, tem como consequência o desenvolvimento de conflitos entre estados capitalistas. A luta «pacífica» pelo petróleo, a borracha, o algodão, a hulha, os metais, por uma nova partilha dos mercados e das zonas de exportação de capitais conduz inevitavelmente a *uma nova guerra mundial*, que será tanto mais devastadora quanto a técnica militar progride a uma velocidade louca.

Paralelamente aumentam as contradições entre *as metrópoles e os países coloniais e semicoloniais.* O enfraquecimento, em certa medida, do imperialismo europeu como

consequência da guerra, o desenvolvimento do capitalismo nas colónias, a influência da revolução soviética, as tendências centrífugas no seio da maior potência naval e colonial, a Grã-Bretanha (Canadá, Austrália, África do Sul) facilitaram as sublevações nas colónias e semicolónias. A grande revolução chinesa, que envolveu um povo de centenas de milhões de pessoas, abre uma enorme brecha no sistema do imperialismo. A constante agitação revolucionária de centenas de milhões de operários e de camponeses das Índias ameaça quebrar o domínio da Grã-Bretanha, cidadela do imperialismo mundial. O crescimento das tendências hostis ao poderoso imperialismo dos Estados Unidos nos países da América Latina constitui aí uma força contrária à expansão do capital norte-americano. O movimento revolucionário das colónias, que arrasta para a luta contra o imperialismo a imensa maioria da população do globo submetida pela oligarquia financeira e capitalista de algumas «grande potências» imperialistas, demonstra por seu lado a profunda crise geral do sistema capitalista. Mas também na Europa, onde o imperialismo esmaga as pequenas nações sob o seu talão de ferro, a questão nacional é um factor de agravamento das contradições internas do capitalismo.

Enfim, a crise revolucionária amadurece *irresistivelmente nos próprios centros do imperialismo*: a ofensiva da burguesia contra a classe operária, contra o seu nível de vida, contra as suas organizações e direitos políticos, e a extensão do terror branco provocam a resistência crescente das grandes massas proletárias e o agravamento da luta de classes entre o proletariado e o capital dos *trusts*. As grandiosas batalhas entre o trabalho e o capital, a radicalização crescente das massas, a influência e autoridade crescentes dos partidos comunistas, o imenso movimento de simpatia das massas operárias pelo país da ditadura do proletariado, tudo isto assinala claramente um novo impulso revolucionário nas metrópoles do imperialismo.

O sistema do imperialismo mundial e a estabilização parcial do capitalismo são portanto minadas por diversos lados: contradições e conflitos entre as potências imperialistas; profusão dos povos coloniais erguidos para a luta; proletariado revolucionário das metrópoles; ditadura do proletariado na URSS e a hegemonia do movimento revolucionário mundial. A revolução internacional está em marcha.

O imperialismo junta as suas forças contra ela. Expedições coloniais, nova guerra mundial, campanha contra a URSS estão na ordem do dia. Isto levará ao *desencadear de todas as forças da revolução mundial e à queda inevitável do capitalismo*.

III. O comunismo mundial, objectivo final da Internacional Comunista

O objectivo final a que aspira a Internacional Comunista é a substituição da economia capitalista mundial pelo *sistema do comunismo mundial*. Preparada por todo o desenvolvimento histórico, a sociedade comunista é a única saída para a humanidade. Só ela destruirá as contradições do sistema capitalista que ameaçam a humanidade de degenerescência e a levam à sua destruição.

A sociedade comunista abolirá a divisão da sociedade em classes, isto é, suprimirá a anarquia da produção e ao mesmo tempo todos os aspectos e todas as formas de exploração do homem pelo homem. Não haverá mais classes em luta, mas membros de uma só e da mesma associação mundial de trabalho. Pela primeira vez na história, a humanidade tomará o destino nas suas próprias mãos. Em lugar de destruir um número incalculável de

vidas humanas e de imensas riquezas nas lutas de classes e de povos, a humanidade usará toda a sua energia na luta pelo domínio das forças da natureza, para desenvolver e aumentar o seu próprio poder colectivo.

Abolida a propriedade privada dos meios de produção e transformada em propriedade colectiva, o sistema comunista mundial substitui as leis elementares do mercado mundial e da concorrência, o processo cego da produção social, pela organização consciente e concertada – num plano de conjunto – tendente a satisfazer as necessidades rapidamente crescentes da sociedade. As crises devastadoras e as guerras ainda mais devastadoras desaparecerão ao mesmo tempo que a anarquia da produção e da concorrência. Ao colossal esbanjamento das forças produtivas, ao desenvolvimento convulsivo da sociedade, o comunismo opõe o uso sistemático de todas as fontes materiais da sociedade e uma evolução económica indolor, baseados no desenvolvimento ilimitado, harmonioso e rápido das forças produtivas.

A abolição das classes e da propriedade privada suprime a exploração do homem pelo homem. O trabalho deixa de ser feito em proveito do inimigo de classe: de meio de existência, transforma-se numa necessidade primordial e vital; a pobreza, a desigualdade económica, a miséria das classes dominadas, o nível miserável da vida material, em geral, desaparecem; a hierarquia dos homens na divisão do trabalho e a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desaparecem, assim como todos os traços de desigualdade social dos sexos. Os organismos de dominação de classe, o poder do Estado em primeiro lugar, desaparecem ao mesmo tempo. Incarnação da dominação de classe, o Estado vai perecendo ao mesmo tempo que desaparecem as classes e todas as formas de constrangimento.

O desaparecimento das classes é acompanhado da abolição do monopólio da instrução. A cultura torna-se património de todos e as antigas ideologias de classes cedem lugar a uma concepção materialista científica do mundo. Toda a dominação do homem pelo homem se torna a partir de então impossível: abre-se um campo ilimitado à selecção social, ao desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades da humanidade.

O crescimento das forças produtivas não se depara com nenhuma limitação social. A propriedade privada dos meios de produção, o ganância do lucro, a ignorância artificialmente mantida nas massas, a sua pobreza, obstáculo ao progresso técnico da sociedade capitalista, as enormes despesas improdutivas, tudo isso deixa de existir na sociedade comunista. A utilização tão racional quanto possível das forças da natureza e das condições naturais da produção nas diversas partes do mundo, a abolição da contradição entre a cidade e o campo (contradição que se deve ao sistemático atraso da agricultura e ao baixo nível da sua técnica), a união íntima da ciência e da técnica, a investigação científica e as suas aplicações práticas na mais larga medida social, a organização racional do trabalho científico, o emprego dos métodos mais aperfeiçoados de estatística e de regulação planificada da economia, o crescimento rápido das necessidades sociais – poderoso motor que anima todo o sistema – tudo isso assegura o máximo rendimento no trabalho colectivo e liberto, por seu lado, a energia humana para um vigoroso surto da ciência e das artes.

O desenvolvimento das forças produtivas da sociedade comunista mundial permite elevar o bem-estar de toda a humanidade, reduzir ao mínimo o tempo consagrado à produção material, determinando assim uma expansão da cultura desconhecida pela história. Esta nova cultura da humanidade, pela primeira vez unificada – tendo abolido todas as fronteiras de Estado –, assentará, contrariamente à cultura capitalista, sobre relações serenas e transparentes entre os homens. Enterrar-se-á também para sempre toda a

mística, toda a religião, todo o preconceito, toda a superstição e dará um poderoso impulso ao desenvolvimento do conhecimento científico que não conhecerá obstáculo algum.

Esta fase superior do comunismo, na qual a sociedade comunista se desenvolverá sobre a sua própria base, em que o desenvolvimento harmonioso dos homens será acompanhado de um conhecimento prodigioso das forças produtivas, no qual a sociedade terá inscrito na sua bandeira: «*De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!*» supõe, como condição histórica prévia, uma fase inferior da sua evolução, o *socialismo*. Aí, a sociedade comunista não faz senão sair da sociedade capitalista; sai dela coberta, em todos os sentidos da vida económica, moral, intelectual, pelas taras da velha sociedade de que nasceu. As forças produtivas do socialismo não estão ainda suficientemente desenvolvidas para assegurar a repartição dos produtos do trabalho segundo as necessidades; estes são repartidos segundo o trabalho. A divisão do trabalho, isto é, a atribuição de certas funções especiais a determinados grupos de pessoas, ainda subsiste; a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico em particular, não foi ainda radicalmente suprimido. Apesar da abolição das classes, os vestígios da antiga divisão da sociedade subsistem e, a partir daí, os vestígios do poder, da coacção, do direito. Existem ainda sobrevivências retardadas da desigualdade. A contradição entre a cidade e o campo não foi eliminada e ainda não desapareceu inteiramente. Mas nenhuma força social apoia ou defende esses vestígios da antiga sociedade. Relacionados a um determinado nível das forças produtivas, eles desaparecem gradualmente à medida que a humanidade, liberta das cadeias do regime capitalista, domina rapidamente as forças da natureza, se reeduca no espírito do comunismo e passa do socialismo ao comunismo integral.

IV. O período de transição do capitalismo ao socialismo e a ditadura do proletariado

1. O período de transição e a conquista do poder pelo proletariado

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista estende-se um período de transformação revolucionária, a que corresponde um período de transição política, no decurso do qual o Estado não pode ser senão uma *ditadura revolucionária do proletariado*. A transição da ditadura mundial do imperialismo à ditadura mundial do proletariado preenche um longo período de lutas, de derrotas e de vitórias do proletariado, um período de crise contínua do sistema capitalista e de desenvolvimento das revoluções socialistas, isto é, de guerras civis do proletariado contra a burguesia; período de guerras nacionais e de sublevações coloniais que, não sendo propriamente movimentos socialistas do proletariado revolucionário, se tornam objectivamente, porque socavam a dominação imperialista, partes integrantes da revolução proletária mundial; período que compreende a coexistência, no seio da economia mundial, dos sistemas sociais e económicos capitalista e socialista com as suas relações «pacíficas» e as suas lutas armadas; período de formação de uniões de estados soviéticos socialistas e de guerras dos estados imperialistas contra elas; período de ligação cada vez mais estreita entre os estados soviéticos e os povos coloniais, etc.

A desigualdade do desenvolvimento económico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Essa desigualdade acentua-se e agrava-se na época imperialista. Daí resulta que a revolução proletária internacional não pode ser considerada como uma acção única,

simultânea e universal. A vitória do socialismo é portanto possível, primeiro em alguns países capitalistas, mesmo num só isoladamente. Mas cada vitória do proletariado alarga a base da revolução mundial e, por consequência, a crise geral do capitalismo. O conjunto do sistema capitalista encaminha-se deste modo para a sua falência definitiva. A ditadura do capital financeiro sucumbe, dando lugar à ditadura do proletariado. As revoluções *burguesas* consistiam na libertação política de um sistema de relações de produção já dominante na economia e na passagem do poder de uma classe de exploradores para uma outra. A revolução *proletária* significa, pelo contrário, a intervenção violenta do proletariado no regime de propriedade da sociedade burguesa, na expropriação das classes exploradoras e na passagem do poder para uma classe que coloca como tarefa fundamental a reconstrução total da base económica da sociedade e a destruição de toda a exploração do homem pelo homem. Mas, se as revoluções burguesas demoraram séculos a abolir a dominação política da nobreza feudal no mundo inteiro, quebrando esta dominação por revoluções sucessivas, a revolução proletária internacional, embora não seja um acto único e se estenda por toda uma época, poderá, graças à ligação mais estreita entre os países, cumprir mais rapidamente a sua tarefa. Só após a vitória completa do proletariado no mundo e a consolidação do seu poder mundial se abrirá uma longa época de intensa edificação da economia socialista mundial.

A conquista do poder pelo proletariado é a condição preliminar do crescimento das forças socialistas da economia e do desenvolvimento cultural do proletariado que, transformando-se conscientemente a si próprio, se torna no dirigente da sociedade em todos os domínios da vida, arrasta no processo de mudança as outras classes e cria assim um terreno favorável ao desaparecimento das classes.

Na luta pela ditadura do proletariado e pela subsequente transformação do regime social, *a união dos operários e camponeses*, base da ditadura do proletariado realizada sob a hegemonia ideológica e política dos proletários, organiza-se face ao bloco dos latifundiários e dos capitalistas.

O período de transição é, no seu conjunto, caracterizado pela implacável repressão da resistência dos exploradores, pela organização da edificação socialista, pela reeducação em massa dos homens no espírito do socialismo e pela superação progressiva das classes sociais. Só cumprindo estas grandes tarefas históricas a sociedade do período de transição começa a transformar-se em sociedade comunista.

Assim, *a ditadura do proletariado mundial* é a condição prévia e necessária da passagem da economia capitalista mundial à economia socialista. Esta ditadura não pode instituir-se senão pela vitória do socialismo em diferentes países ou grupos de países, novas repúblicas proletárias unindo-se por laços federativos às suas antecessoras e alargando-se a rede destas uniões federativas incluindo as colónias libertas do jugo do imperialismo, para constituir *finalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas do Mundo* e realizar a unificação da humanidade sob a hegemonia internacional do proletariado organizado em Estado.

A conquista do poder pelo proletariado não é uma «conquista» pacífica da máquina já pronta do Estado burguês por uma maioria parlamentar. A burguesia usa todos os meios de coacção e de terror para defender e consolidar a sua propriedade conquistada pela pilhagem e a sua dominação política. Como antes a nobreza feudal, não pode ceder o seu lugar histórico a uma nova classe sem lhe opor uma resistência encarniçada e desesperada. A violência da burguesia não pode ser vencida senão através da violência implacável do proletariado. A conquista do poder pelo proletariado é a abolição violenta do poder da burguesia, a destruição do aparelho de Estado capitalista (exército burguês, polícia,

hierarquia burocrática, tribunais, parlamento, etc.) *substituída* pelos *novos* órgãos do poder proletário que são, antes de tudo, os instrumentos de repressão destinados a quebrar a resistência dos exploradores.

2. A ditadura do proletariado e a sua forma soviética

Como demonstrou a experiência da revolução russa de 1917 e da revolução húngara, que alargaram infinitamente a experiência da Comuna de Paris de 1871, a forma de poder proletário que melhor corresponde ao objectivo é o *novo tipo de Estado*: o *Estado soviético*, diferente no seu princípio do Estado burguês, não apenas pela sua essência de classe, mas também pela sua estrutura interna. Este tipo de Estado, que surgiu directamente do grande movimento das massas, assegura-lhes o máximo de actividade e oferece, por consequência, as maiores garantias de uma vitória definitiva.

O Estado do tipo soviético, que realiza a forma superior da democracia *proletária*, opõe-se claramente à democracia burguesa, forma velada da ditadura da *burguesia*. O Estado soviético é a ditadura do proletariado, a classe operária detendo o monopólio do poder. Ao contrário da democracia burguesa, ele proclama bem alto o seu carácter de classe e coloca abertamente como sua tarefa a repressão da resistência dos exploradores no interesse da imensa maioria da população. Priva de direitos políticos os seus inimigos de classe e pode, em condições históricas particulares, dar ao proletariado privilégios temporários, a fim de o consolidar no seu papel dirigente em relação ao campesinato pequeno-burguês infinitamente disseminado. Desarmando os inimigos de classe e quebrando a sua resistência, considera a supressão dos seus direitos políticos e uma certa limitação da sua liberdade como medidas temporárias destinadas a combater as tentativas dos exploradores para defender ou restabelecer os seus privilégios. Na sua bandeira tem inscrito que o proletariado detém o poder não para o perpetuar, não para usá-lo para os seus interesses estreitamente corporativos e profissionais, mas para agrupar cada vez mais as massas atrasadas e disseminadas do proletariado e do semi-proletariado dos campos e unir os camponeses trabalhadores aos operários mais avançados, eliminando progressiva e sistematicamente todas as divisões da sociedade em classes.

Forma de unificação e de organização universal das massas sob a direcção do proletariado, os soviets envolvem as grandes massas dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores na luta, na edificação do socialismo e na administração do Estado. No seu trabalho apoiam-se sobre as organizações de massas da classe operária e realizam uma ampla democracia entre os trabalhadores; estão mais perto das massas que qualquer outra forma de poder. O direito de reeleger delegados e de revogar os seus mandatos, a união do poder executivo e do poder legislativo, as eleições com base nas empresas (fábricas, oficinas, etc.) e não em circunscrições territoriais são outros tantos factores que asseguram ao proletariado e às restantes massas de trabalhadores sob a sua influência uma participação sistemática constante e activa em todos os assuntos públicos económicos, políticos, militares e culturais. Estabelecem por isso uma profunda linha de demarcação entre a república parlamentar burguesa e a ditadura soviética do proletariado.

A democracia burguesa repousa, com a sua igualdade puramente formal dos cidadãos perante a lei, sobre uma desigualdade flagrante das classes no domínio material e económico. Mantendo como intocável e consolidando a posse exclusiva dos meios de produção essenciais pela classe capitalista e dos grandes latifundiários, a democracia burguesa transforma por isso mesmo a igualdade puramente formal perante a lei, os

direitos e as liberdades democráticas, aliás sistematicamente limitados na prática, numa ficção jurídica para as classes exploradas, e em primeiro lugar para o proletariado, e, por consequência, num instrumento de logro e de submissão das massas. A pretensa democracia exprime a dominação política da burguesia e é por isso mesmo uma democracia capitalista. O Estado soviético, privando a classe exploradora dos meios de produção que monopoliza nas mãos do proletariado, classe dirigente, garante antes do mais e além do mais *as condições materiais de realização* dos direitos da classe operária e dos trabalhadores em geral, assegurando habitações, edifícios públicos, tipografias, meios de transporte, etc.

No domínio dos *direitos políticos e gerais*, o Estado soviético, privando desses direitos os inimigos do povo e os exploradores, destrói completamente pela primeira vez a desigualdade dos cidadãos, fundada, nos regimes de exploração, sobre as diferenças de sexo, de religião, de nacionalidade; estabelece neste domínio uma igualdade que não existe em nenhum país burguês; a ditadura do proletariado constrói inexoravelmente a base material que permite realizar esta igualdade: é este o sentido das medidas de emancipação da mulher, da industrialização das antigas colónias, etc.

A democracia soviética é assim uma democracia proletária, uma democracia das massas trabalhadoras, uma democracia dirigida contra os exploradores.

O Estado soviético pressupõe o desarmamento completo da burguesia e a concentração de todas as armas nas mãos do proletariado: é o *Estado do proletariado armado*. A organização das forças armadas efectua-se com base no princípio de classe, que é conforme a todo o regime da ditadura do proletariado e assegura o papel dirigente do proletariado industrial. Esta organização ancorada na disciplina revolucionária, garante ao mesmo tempo a ligação estreita e permanente dos soldados do Exército Vermelho e da Armada Vermelha às massas laboriosas e a sua participação na administração do país e na edificação do socialismo.

3. A ditadura do proletariado e a expropriação dos expropriadores

O proletariado vitorioso usa o poder conquistado como uma alavanca da revolução económica, ou seja, da transformação revolucionária do regime de propriedade capitalista num regime de produção socialista. O ponto de partida desta profunda revolução económica encontra-se na expropriação dos grandes latifundiários e dos capitalistas, isto é, na transformação *da grande propriedade monopolista da burguesia em propriedade do Estado proletário*.

A Internacional Comunista consigna neste domínio à ditadura do proletariado as seguintes tarefas fundamentais:

A. Indústria, transportes, telecomunicações

a) Confiscação e nacionalização proletária de todas as grandes empresas (empresas industriais, minas, centrais eléctricas) pertencentes ao capital privado; transferência para os soviets de todas as empresas estatais e municipais;

b) Confiscação e nacionalização proletária dos transportes ferroviários, rodoviários e fluviais pertencentes do capital privado, bem como transportes aéreos (frota aérea de comércio e de passageiros); transferência para os soviets de todos os meios de transporte pertencentes ao Estado e aos municípios;

c) Confiscação e nacionalização proletária dos serviços de telecomunicações pertencentes ao capital privado (telégrafo, telefone, rádio); transferência para os sovietes de todos estes serviços pertencentes ao Estado, aos municípios, etc.;

d) Organização da gestão operária da indústria. Criação de organismos governamentais de gestão com participação directa dos sindicatos, sendo assegurado um papel correspondente aos comités de empresa, etc.;

e) Adaptação da actividade industrial às necessidades das grandes massas de trabalhadores. Reorganização dos ramos da indústria que produzem para o consumo das classes dirigentes (artigos de luxo, etc.). Reforço dos ramos da indústria que favorecem o desenvolvimento da agricultura, a fim de consolidar a ligação com a economia rural, de assegurar o progresso dos domínios agrícolas do Estado e de acelerar o desenvolvimento da economia nacional em geral.

B. Agricultura

a) Confiscação e nacionalização proletária da grande propriedade fundiária nas cidades e nos campos (propriedades privadas, propriedades da Igreja, conventos, etc.); transferência para os sovietes das propriedades fundiárias do Estado e dos municípios, compreendendo as florestas, o subsolo, a água, etc.; nacionalização ulterior de todo o solo;

b) Confiscação de todos os bens constituindo os utensílios dos grandes latifúndios (edifícios, alfaias e material diverso, gado, empresas de transformação dos produtos agrícolas, grandes moagens, queijarias, leitarias, secagens, etc.);

c) Transferência dos grandes latifúndios e mais particularmente daqueles que têm grande importância económica ou podem servir de empresas modelo para os organismos da ditadura do proletariado; organização de explorações agrícolas soviéticas;

d) Entrega em usufruto de uma parte dos antigos latifúndios e de outras terras confiscadas aos camponeses (aos camponeses pobres e médios) – nomeadamente daquelas que estavam arrendadas a camponeses e serviam para subjugarlos economicamente. A parte das terras transmitidas aos camponeses é determinada pelas necessidades económicas e pela necessidade de neutralizar os camponeses e de os aliar ao proletariado; varia portanto segundo as condições;

e) Interdição da venda e da compra das terras, a fim de conservar a terra nas mãos dos camponeses e de impedir que passe para as mãos dos capitalistas, especuladores, etc.; repressão enérgica de toda a infracção a esta lei;

f) Luta contra a usura. Anulação dos contratos iníquos. Anulação das dívidas dos camponeses explorados. Isenção de impostos aos camponeses mais pobres, etc.;

g) Amplas medidas de conjunto, por parte do Estado, para elevar as forças produtivas da agricultura; desenvolvimento da electrificação dos campos, da fabricação de tractores, da produção de adubos químicos e de sementes seleccionadas, criação de gado de raça nas explorações soviéticas, ampla organização do crédito agrícola para melhoramento do solo, etc.;

h) Apoio geral e financeiro à cooperação agrícola e a todas as formas de produção colectiva nos campos (associações, comunas, etc.). Propaganda sistemática da cooperação camponesa (cooperativas de venda, de aprovisionamento, de crédito), na base da iniciativa das massas camponesas: propaganda a favor da passagem à grande produção agrícola que, pela sua incontestável superioridade técnica e económica e pelas suas grandes vantagens económicas imediatas, constitui o meio de transição para o socialismo mais acessível às grandes massas de trabalhadores camponeses.

C. Comércio e crédito

a) Nacionalização proletária dos bancos privados (entrega ao Estado proletário de todas as reservas de ouro, valores, depósitos, etc.) e transferência para o Estado proletário dos bancos nacionalizados, municipais, etc.;

b) Centralização de todas as operações bancárias e subordinação de todos os grandes bancos nacionalizados ao Banco Central do Estado;

c) Nacionalização e transferência para os organismos do Estado soviético do comércio grossista e das grandes empresas comerciais de distribuição (entrepósitos, silos, armazéns, *stocks* de mercadorias, etc.);

d) Encorajamento por todos os meios da cooperação de consumo considerada como uma parte integrante extremamente importante do aparelho de repartição; unificação do sistema de trabalho da cooperação e da participação activa das massas na sua edificação;

e) Monopólio do comércio externo;

f) Anulação das dívidas do Estado aos capitalistas estrangeiros e nacionais.

D. Protecção do trabalho, condições de vida dos trabalhadores, etc.

a) Redução da jornada de trabalho para sete horas – seis nas indústrias insalubres. Redução ulterior da jornada de trabalho e passagem à semana de cinco dias nos países de produção desenvolvida. Jornada de trabalho correspondente ao aumento da produtividade do trabalho;

b) Interdição, como regra geral, do trabalho nocturno das mulheres e nas indústrias insalubres. Interdição do trabalho infantil. Interdição das horas extraordinárias;

c) Redução da jornada de trabalho dos jovens (jornada de seis horas no máximo para os adolescentes até aos 18 anos). Reorganização socialista do trabalho dos jovens, combinando a produção material com a instrução geral e política;

d) Seguros sociais de todos os tipos (invalidez, velhice, acidentes, desemprego, etc.) financiados pelo Estado (financiados pelo patronato na medida em que subsistam empresas privadas) e geridos de modo completamente autónomo pelos segurados;

e) Amplas medidas de sanidade social, assistência médica gratuita, luta contra as doenças sociais (alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose);

f) Igualdade social dos sexos perante a lei e nos costumes, transformação radical da legislação do casamento e da família, reconhecimento da maternidade como função social, protecção da maternidade e da infância. Primeiras medidas tendentes ao cuidado e à educação das crianças e da juventude pela sociedade (creches, jardins e casas de infância, etc.). Criação de instituições permitindo reduzir progressivamente o trabalho doméstico (restaurantes e lavandarias públicas), luta sistemática, no domínio da cultura geral, contra a ideologia e as tradições que sujeitam a mulher.

E. Habitação

a) Confiscação da grande propriedade imobiliária;

b) Transferência dos imóveis confiscados para os sovietes locais que assegurarão a sua gestão;

c) Instalação dos operários nos bairros burgueses;

d) Colocação à disposição das organizações operárias dos palácios e dos edifícios privados mais importantes;

e) Realização de um vasto programa de construção de habitações.

F. Questões nacional e colonial

a) Reconhecimento do direito de todas as nacionalidades, sem distinção de raça, disporem livremente de si próprias, incluindo a formação de estados independentes;

b) Unificação e centralização voluntárias das forças militares e económicas de todos os povos libertos do capitalismo para a luta contra o imperialismo e a edificação da economia socialista;

c) Luta enérgica, por todos os meios, contra qualquer restrição ou limitação dos direitos de um povo, de uma nacionalidade ou de uma raça, quaisquer que sejam. Igualdade completa das nações e das raças;

d) Garantia de desenvolvimento e apoio por todas as forças e todos os meios do Estado soviético, da cultura nacional das nações libertas do capitalismo, prossecução de uma política proletária perseverante no desenvolvimento do conteúdo destas culturas;

e) Ampla assistência ao desenvolvimento económico, político e cultural das «regiões» e das «colónias» antes oprimidas, a fim de constituir aí bases sólidas de uma igualdade nacional efectiva e completa;

f) Luta contra todas as sobrevivências do chauvinismo, dos ódios nacionais, dos preconceitos de raça e de todos os outros produtos da barbárie feudal e capitalista.

G. Meios de influência ideológica

a) Nacionalização das tipografias;

b) Monopolização dos jornais e das edições;

c) Nacionalização das grandes empresas de cinema, teatros, etc.;

d) Utilização dos meios nacionalizados de «produção intelectual» para fins de larga instrução política e geral dos trabalhadores e da edificação de uma nova cultura socialista sobre uma base proletária de classe.

4. As bases da política económica da ditadura do proletariado

No cumprimento das diversas tarefas da ditadura do proletariado é preciso tomar em consideração as seguintes regras:

1. A abolição completa da propriedade privada do solo e a sua nacionalização não podem ter lugar de forma imediata nos países capitalistas mais avançados, nos quais o princípio da propriedade privada está profundamente enraizado nas grandes massas camponesas. A nacionalização do solo não pode ser realizada nestes países senão progressivamente, através de diversas medidas transitórias.

2. A nacionalização da produção não deve estender-se, regra geral, às pequenas e médias empresas (de camponeses, de artesãos, de pequenos e médios comerciantes, etc.).

Primeiro, porque o proletariado deve estabelecer uma distinção rigorosa entre a propriedade do simples produtor de mercadorias, fundada sobre o seu próprio trabalho, e que é possível fazê-lo entrar na via da edificação socialista, e a propriedade do capitalista, explorador de outrem, cuja liquidação é condição indispensável de toda a edificação do socialismo.

Segundo, porque o proletariado, chegado ao poder, não possui forças organizadoras suficientes, sobretudo durante as primeiras fases da ditadura, para destruir o capitalismo e organizar ao mesmo tempo a ligação das unidades individuais de produção – pequenas e

médias – sobre uma nova base socialista; estas pequenas explorações individuais (sobretudo as explorações camponesas) só pouco a pouco serão integradas na via da organização socialista geral da produção, graças ao apoio sistemático e poderoso que o Estado proletário dará a todas as forças da sua colectivização. Toda a tentativa de transformação do seu regime económico pela coacção, toda a colectivização forçada só dará resultados negativos.

3. A existência de um grande número de pequenas unidades de produção (em primeiro lugar de explorações camponesas, de quintas, de oficinas de artesãos, de fundos do pequeno comércio, etc.), não apenas nas colónias, semicolónias e países economicamente atrasados, em que as massas pequeno-burguesas formam a esmagadora maioria da população, mas também nos centros da economia capitalista mundial (Estados Unidos, Alemanha e, até certo ponto, Inglaterra, tornam em certa medida necessário, num primeiro grau de desenvolvimento, a manutenção do mercado como forma da *ligação económica*, a manutenção do sistema monetário, etc. A diversidade dos tipos económicos (desde a grande indústria socializada à pequena produção artesanal e camponesa), que não pode deixar de ser acompanhada pela sua luta, a diversidade das classes e agrupamentos de classes que lhe correspondem, que têm estímulos económicos diversos na sua actividade e que lutam pelos seus interesses económicos, enfim, a existência, em todos os domínios da vida económica, de costumes e de tradições herdadas da sociedade burguesa, que não podem desaparecer num ápice – exigem que a direcção económica do proletariado combine em justas proporções, na base do mercado, a grande indústria socialista e a pequena exploração de simples produtores de mercadorias, realize, noutros termos, uma combinação susceptível de assegurar simultaneamente o papel dirigente da indústria socialista e o máximo impulso da massa principal das explorações camponesas. Quanto maior for a importância do trabalho dos pequenos camponeses disseminados no conjunto da economia nacional, maior é o papel do mercado, menor é a importância da gestão directa segundo um plano estabelecido, maior é a dependência do planeamento geral da economia da previsão das relações económicas espontâneas. Inversamente, quanto menor for o peso da pequena economia na economia nacional, mais importante será a parte do trabalho socializado, mais poderosa a massa dos meios de produção concentrados e socializados e menor será a extensão do mercado, maior a importância do plano geral em relação ao jogo espontâneo das leis de troca e mais importantes e universalmente aplicáveis serão os métodos da gestão directa da produção e da repartição conforme a um plano estabelecido.

As vantagens técnicas e económicas da grande indústria socializada, a centralização por parte do Estado proletário de todas as alavancas de comando da economia (indústria, transportes, grandes explorações agrícolas, bancos, etc.), a gestão planificada da economia, o poder do Estado no seu conjunto (orçamento, impostos, legislação administrativa e legislação geral) conduzem, com a condição de que a ditadura do proletariado siga uma política justa – por outras palavras, que compreenda exactamente as relações das forças sociais –, à eliminação constante e sistemática dos vestígios do capital privado e dos novos elementos capitalistas que, nas cidades como nos campos (camponeses ricos, kulaques), nascem do desenvolvimento da simples produção mercantil, nas condições criadas por uma liberdade de comércio mais ou menos ampla e pelo mercado. A massa principal das explorações camponesas (isto é, de pequenas e médias explorações) é, por outro lado, sistematicamente incorporada pela cooperação e extensão das formas colectivas da agricultura no sistema geral do socialismo em via de desenvolvimento. As formas e os métodos de actividade económica, de aparência capitalista, ligadas às relações económicas

do mercado (cálculo do valor, retribuição do trabalho em dinheiro, compra e venda, créditos e bancos, etc.) têm um papel de alavancas do socialismo, uma vez que servem em maior medida as empresas de tipo socialista consequente, ou seja, o sector socialista da economia.

Assim, as relações económicas de mercado, nas condições da ditadura do proletariado e com uma política justa por parte do Estado soviético, contêm no seu desenvolvimento os germes da sua própria destruição: contribuindo para a eliminação do capital privado, para a transformação da economia rural, para a centralização e a concentração dos meios de produção nas mãos do Estado proletário, facilitam a *eliminação das relações económicas do mercado*.

No caso provável de uma intervenção militar dos capitalistas e de uma guerra contra-revolucionária de longa duração contra a ditadura do proletariado, a direcção económica deverá inspirar-se, antes de mais, nos interesses da defesa da ditadura do proletariado; pode impor-se a necessidade de uma política comunista económica de guerra (*comunismo de guerra*), que não é senão a organização racional do consumo com vista à defesa, acompanhada de uma pressão acrescida sobre os elementos capitalistas (confiscações, requisições, etc.), de uma revogação mais ou menos completa das relações do mercado e de uma alteração profunda dos estímulos individuais da pequena produção, num quadro de quebra das forças produtivas do país. Esta política de «comunismo de guerra», minando a base material dos inimigos da classe operária no interior do país, assegurando a repartição racional dos *stocks* existentes, apoiando a defesa armada da ditadura do proletariado e encontrando aí a sua justificação histórica, não pode ser considerada como um sistema «normal» de política económica da ditadura do proletariado.

5. A ditadura do proletariado e as classes sociais

A ditadura do proletariado *continua a luta de classes em novas condições*. É uma luta tenaz, sangrenta e sem efusão de sangue, violenta e pacífica, militar e económica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da antiga sociedade, contra os capitalistas externos, contra os restos das classes exploradoras no interior do país, contra os rebentos de uma nova burguesia que nasce da produção mercantil ainda não eliminada.

No período de liquidação da guerra civil, a luta de classes obstinada continua sob novas formas e, antes de mais, sob a forma da luta entre os vestígios e os novos rebentos dos velhos sistemas económicos, por um lado, e as formas socialistas da economia, por outro. As próprias formas dessa luta modificam-se nas diferentes etapas do desenvolvimento socialista, em cujo início podem revestir uma certa aspereza.

No início da ditadura do proletariado, a política do proletariado em relação às outras classes e grupos sociais do país é determinada pelos seguintes princípios:

1. A *grande burguesia e os grandes latifundiários*, os oficiais de carreira devotados a essas classes, os generais e a alta burocracia são inimigos irredutíveis da classe operária; contra eles a luta é mais implacável. A utilização das capacidades de organização de uma determinada parte deles não é possível, regra geral, senão depois da consolidação da ditadura do proletariado e da repressão decisiva de todas as conspirações e sublevações dos exploradores.

2. No que respeita aos *intelectuais-técnicos* educados nas tradições burguesas, cujas camadas superiores se encontram estreitamente ligadas aos postos de comando do capital,

o proletariado, ao mesmo tempo que reprime com toda a energia qualquer veleidade de movimento contra-revolucionário dos intelectuais hostis, deve ter em conta a necessidade de utilizar esta força social qualificada na obra da edificação socialista e encorajar por todos os meios os neutros e mais ainda aqueles que simpatizam com a revolução operária. O proletariado, desenvolvendo as perspectivas da edificação económica, técnica e cultural do socialismo em toda a sua amplitude, esforça-se sistematicamente por conquistar os intelectuais-técnicos, por submetê-los à sua influência ideológica e assegurar a sua estreita colaboração na obra de transformação social.

3. A tarefa do Partido Comunista relativamente aos *camponeses* consiste em ganhar para a sua causa, apoiando-se no proletariado rural, todas as populações exploradas e laboriosas dos campos. Estabelecendo uma distinção entre as diversas camadas camponesas e tendo em conta a sua importância respectiva, o proletariado vitorioso deve apoiar por todos os meios os camponeses pobres e os semi-proletários dos campos, entregar-lhes uma parte das terras dos grandes latifundiários, facilitar a sua luta contra o capital usurário, etc. O proletariado deve ainda neutralizar os camponeses médios e reprimir toda a resistência da burguesia rural aliada aos latifundiários. O proletariado, à medida que consolida a sua ditadura e desenvolve a edificação socialista, deve passar de uma política de neutralização da massa dos camponeses médios a uma política de aliança duradoura com esta, sem nunca admitir alguma partilha do poder. Isto porque a ditadura do proletariado exprime o facto de que apenas os operários industriais estão capacitados para dirigir o conjunto dos trabalhadores; monopólio proletário do poder, ela é, por outro lado, uma forma particular da aliança do proletariado, vanguarda dos trabalhadores, contra o capital para consumir o seu derrubamento irreversível, para reprimir a fundo a resistência e as tentativas de restauração da burguesia e para instaurar e consolidar o socialismo.

4. A *pequena burguesia das cidades*, oscilando sempre entre a reacção mais negra e a simpatia pelo proletariado, deve igualmente ser neutralizada e, tanto quanto possível, conquistada pelo proletariado. Atinge-se tal finalidade, conservando a sua pequena propriedade e uma certa liberdade de transacções económicas, libertando-a do jugo do crédito usurário, assegurando-lhe o apoio múltiplo do proletariado na luta contra todas as formas da opressão capitalista.

6. As organizações de massas no sistema da ditadura do proletariado

Os objectivos e as funções das organizações de massas – e em primeiro lugar das organizações operárias – mudam radicalmente no cumprimento de todas estas tarefas da ditadura proletária. Os *sindicatos*, organizações operárias de massas nas quais se organizam e se educam pela primeira vez as camadas mais amplas do proletariado, são, em regime capitalista, o principal instrumento da luta através da greve, depois pela acção de massas contra o capital dos *trusts* e do seu Estado. Transformam-se sob a ditadura proletária em alavanca essencial da ditadura, numa escola do comunismo que arrasta as grandes massas do proletariado na obra de gestão socialista da indústria, em *organizações directamente* ligadas a todos os órgãos do Estado, agindo em todos os ramos da sua actividade, defendendo ao mesmo tempo os interesses permanentes e imediatos da classe operária e combatendo as deformações burocráticas dos órgãos do Estado soviético. Os sindicatos fornecem quadros dirigentes da edificação, trazem para esse trabalho as grandes camadas do proletariado e lutam contra as deformações burocráticas que nascem inevitavelmente da influência das classes estranhas ao proletariado e da insuficiente cultura

de massas, e formam assim a estrutura das organizações económicas e sociais do proletariado.

As *cooperativas operárias*, a despeito das utopias reformistas, são condenadas no regime capitalista a um papel relativamente modesto. Subjugadas pelas condições gerais do sistema capitalista e da política reformista dos seus dirigentes, elas degeneram frequentemente em apêndice do regime; sob a ditadura do proletariado podem tornar-se e tornar-se-ão partes constitutivas essenciais do aparelho de repartição.

Por fim, a *cooperação agrícola dos camponeses* (cooperativas de venda, de compra, de crédito, de produção) pode e deve – se for bem dirigida, se combater sistematicamente os elementos capitalistas e assegurar a participação efectiva da grande massa dos camponeses trabalhadores que apoiam o proletariado – tornar-se uma das formas de organização fundamentais ligando a cidade ao campo. As associações cooperativas formadas pelos camponeses e que nas condições do capitalismo – na medida em que forem viáveis – se transformam, na sua maioria, em empresas capitalistas (colocadas sob a dependência da indústria capitalista, dos bancos capitalistas, do meio económico capitalista em geral, e dirigidas por reformistas, pela burguesia rural e por vezes mesmo por latifundiários), em regime de ditadura proletária transformam-se num sentido completamente diverso; elas dependem da indústria proletária, dos bancos proletários, etc. Se o proletariado seguir uma política justa, se os elementos capitalistas forem sistematicamente combatidos na cooperação como fora dela, se a indústria socialista exercer o seu papel dirigente, a cooperação agrícola torna-se uma das principais alavancas da transformação socialista dos campos e da colectivização da agricultura. As cooperativas de consumo, e mais particularmente as cooperativas agrícolas dirigidas pela burguesia e pelos seus agentes sociais-democratas, podem ser, pelo menos ao princípio, em certos países, focos de actividade contra-revolucionária e de sabotagem da edificação económica e da revolução operária.

O proletariado assegura a união da vontade e da acção em todo o trabalho da luta e da edificação dos seus mais diversos organismos, chamados a constituir as alavancas do Estado soviético e a ligá-lo às grandes massas de todas as camadas da classe operária *através do papel dirigente do Partido Comunista* no sistema da ditadura do proletariado.

O *partido do proletariado* apoia-se directamente nos sindicatos e nas outras organizações que englobam as massas operárias e, por seu intermédio, os camponeses (soviets, cooperativas, juventudes comunistas, etc.). Com estas alavancas, ele dirige o conjunto do sistema. O proletariado não poderá cumprir o seu papel de organizador da nova sociedade senão graças ao apoio abnegado e absoluto ao poder dos soviets por parte de todas as organizações de massas animadas de uma vontade de classe inteiramente unânime dirigida pelo partido.

7. A ditadura do proletariado e a revolução cultural

Este papel de organizador da nova sociedade supõe, no domínio da cultura geral, o amadurecimento cultural do próprio proletariado, uma transformação da sua própria natureza pelos seus próprios esforços, a formação incessante nas suas fileiras de novos quadros de militantes susceptíveis de assimilar todos os recursos da ciência, da técnica e da administração e de os pôr ao serviço da edificação do socialismo e da nova cultura socialista.

Se a revolução *burguesa*, consumada contra o feudalismo, pressupunha a existência no próprio seio do antigo regime de uma nova classe superior, pela sua maturidade cultural, à classe dominante e exercendo já a hegemonia na vida económica, a revolução *proletária* desenvolve-se noutras condições. Explorada no plano económico, oprimida no plano político, *esmagada no domínio da cultura* no regime capitalista, a classe operária não se transforma ela própria senão no período de transição, *depois de ter conquistado o poder*, destruindo o monopólio burguês da instrução, assimilando a ciência, aproveitando as lições da mais vasta obra edificadora. A formação de uma consciência comunista de massas e a realização do socialismo exige *uma transformação das massas humanas* só possível pela acção prática, pela revolução; a revolução é portanto necessária não apenas porque a classe *dominante* não pode ser derrubada por nenhum outro meio, mas também porque a classe que a derruba não pode sair das margens lamacentas da velha sociedade e tornar-se capaz de criar a nova sociedade senão pela revolução.

A classe operária, abolindo o monopólio dos meios de produção, deve igualmente abolir *o monopólio burguês da instrução*, isto é, apoderar-se de todas as escolas, mesmo das escolas superiores. A preparação, no seio da classe operária de especialistas da produção (engenheiros, técnicos, organizadores, etc.), de especialistas militares, de cientistas, de artistas, etc., é tarefa de particular importância para a causa do proletariado, à qual é necessário juntar *o desenvolvimento geral da cultura das massas proletárias*, da sua instrução política, do aumento dos seus conhecimentos e da sua qualificação técnica, da criação entre elas de hábitos de trabalho social e administrativo, da luta contra os vestígios dos preconceitos burgueses e pequeno-burgueses, etc.

Só na medida em que o proletariado forme as suas próprias forças de vanguarda para colocá-las em todos os «postos de comando» da cultura e da edificação socialista, só na medida em que as suas forças crescerem arrastando consigo novos elementos da classe operária no processo de transformação revolucionária da cultura, e suprimirem assim, pouco a pouco, no seio da própria classe operária a divisão entre elementos «avançados» e atrasados» é que o sucesso da edificação vitoriosa do socialismo será assegurado e garantido contra a gangrena burocrática e a degenerescência da classe operária.

Mas o proletariado transforma também, no decurso da revolução, *as outras classes*, os numerosos elementos da pequena burguesia das cidades e dos campos, em primeiro lugar e muito especialmente os trabalhadores camponeses. Fazendo acorrer as grandes massas à revolução cultural, conduzindo-as para a edificação socialista, unindo-as e educando-as no espírito comunista por todos os meios à sua disposição, lutando energeticamente contra todas as ideologias antiproletárias e corporativas, combatendo obstinadamente e sistematicamente o obscurantismo dos campos, a classe operária prepara (na base do desenvolvimento das formas colectivas da economia) *a eliminação da divisão da sociedade em classes*.

Entre os objectivos da revolução cultural que interessam às mais amplas massas, a luta contra a *religião*, esse ópio dos povos, ocupa um lugar especial; esta luta deve prosseguir inflexível e sistematicamente. O poder proletário deve suprimir todo o apoio do Estado à Igreja, agente das classes dominantes, pôr termo a qualquer intervenção da Igreja na educação e no ensino organizados pelo Estado e reprimir sem piedade a actividade contra-revolucionária das organizações eclesiásticas. O poder proletário, admitindo a liberdade religiosa e abolindo os privilégios da religião anteriormente dominante, pratica ao mesmo tempo por todos os meios ao seu alcance, uma activa propaganda anti-religiosa e reconstrói todo o ensino e toda a educação na base da concepção científica materialista do mundo.

8. A luta pela ditadura mundial do proletariado e os principais tipos de revoluções

A revolução proletária internacional resulta de processos diversos e não simultâneos: revoluções proletárias propriamente ditas; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras de emancipação nacional, revoluções coloniais. *Só em última instância* é que o processo revolucionário termina na *ditadura mundial do proletariado*.

A desigualdade do desenvolvimento capitalista, acentuada no período imperialista, gerou a diversidade dos tipos de capitalismo de amadurecimento desigual nos diversos países e as condições diversas e específicas do processo revolucionário. As circunstâncias tornam historicamente inevitável *a diversidade das vias e do ritmo da conquista do poder pelo proletariado*; elas tornam necessárias em diversos países certas etapas transitórias para a ditadura do proletariado, bem como a *diversidade das formas do socialismo em via de construção*.

A diversidade das condições e das vias que conduzem à ditadura do proletariado nos diferentes países pode ser esquematicamente reduzida a três tipos principais.

Países do capitalismo altamente desenvolvido (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, etc.) possuindo poderosas forças produtivas, uma produção fortemente centralizada em que a pequena economia tem uma importância relativamente pequena, gozando de um regime político de democracia burguesa há muito tempo formado. Nestes países, a passagem directa à ditadura do proletariado é a principal reivindicação política do programa. No domínio económico, os pontos essenciais são: a expropriação de toda a grande produção, a organização de um grande número de empresas agrícolas soviéticas de Estado e, inversamente, a entrega de uma parte relativamente pequena de terras aos camponeses; uma dimensão relativamente reduzida das relações económicas espontâneas de mercado; um ritmo elevado da evolução socialista em geral e da colectivização da economia camponesa em particular.

Países de desenvolvimento capitalista médio (Espanha, Portugal, Polónia, Hungria, Balcãs, etc.) que conservam vestígios bastante importantes do regime semi-feudal na agricultura, possuem no entanto um certo mínimo de condições materiais indispensáveis à edificação socialista, mas não têm ainda concluída a sua transformação democrática-burguesa. Em *alguns destes países*, uma transformação mais ou menos rápida da revolução democrático-burguesa em revolução socialista é possível; *noutros*, são possíveis diversos tipos de revoluções proletárias, tendo no entanto que levar a cabo tarefas de carácter burguês-democrático de grande amplitude. Aqui, a ditadura do proletariado pode portanto não se estabelecer de imediato; institui-se no decurso da transformação da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses em ditadura socialista do proletariado; quando a revolução reveste imediatamente um carácter proletário, pressupõe a direcção pelo proletariado de um amplo movimento camponês-agrário; a revolução agrária tem aí, em geral, um grande papel, por vezes decisivo; no decurso da expropriação da grande propriedade fundiária, uma grande parte das terras confiscadas são colocadas à disposição dos camponeses; as relações económicas do mercado conservam uma grande importância a seguir à vitória do proletariado; trazer os camponeses à cooperação, depois agrupá-los em associações de produção é uma das tarefas mais importantes da edificação socialista. O ritmo desta edificação é relativamente lento. *Países coloniais e semicoloniais* (China, Índia, etc.) e *países dependentes* (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos,

para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida económica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio directo dos países de ditadura proletária.

Nos *países ainda mais atrasados* (em determinadas partes de África, por exemplo), em que quase não existem operários assalariados, em que a maioria das populações vive em tribos, ou ainda subsistem formas primitivas de organização social, onde quase não há burguesia nacional, onde o imperialismo estrangeiro tem, antes de mais, um papel de ocupação militar para se apoderar das terras, a luta pela emancipação nacional encontra-se em primeiro plano. A insurreição nacional e a sua vitória podem aqui abrir a via para uma evolução no sentido do socialismo sem passar pelo estado do capitalismo se uma ajuda efectiva e poderosa for prestada pelos países de ditadura proletária.

Assim, a época em que a conquista do poder pelo proletariado está na ordem do dia nos países capitalistas avançados, em que a ditadura do proletariado já existe na URSS e constitui um factor de importância mundial, os movimentos de libertação dos países coloniais e semicoloniais, suscitados pela penetração do capital mundial, podem chegar, apesar da insuficiente maturidade das relações sociais destes países, considerados isoladamente, *ao desenvolvimento socialista graças à ajuda e apoio da ditadura do proletariado e do movimento proletário internacional em geral.*

9. A luta pela ditadura mundial do proletariado e a revolução colonial

As condições particulares da luta revolucionária nos países coloniais e semicoloniais, a inevitabilidade de um longo período de lutas pela ditadura democrática do proletariado e finalmente a importância decisiva dos factores nacionais impõem aos partidos comunistas destes países tarefas particulares que constituem o degrau preparatório para a ditadura do proletariado. Entre estas a Internacional Comunista designa como principais tarefas as seguintes:

1. Derrubamento da dominação do imperialismo estrangeiro, dos feudais e da burocracia agrária.
2. Estabelecimento de uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses na base dos soviets.
3. Completa dependência nacional e formação do Estado nacional.
4. Anulação das dívidas do Estado.
5. Nacionalização das grandes empresas (indústrias, transportes, bancos, etc.) pertença dos imperialistas.

6. Confiscação dos domínios pertencentes aos grandes latifundiários, às igrejas e aos mosteiros. Nacionalização do solo.

7. Jornada de 8 horas de trabalho.

8. Organização de um exército revolucionário operário e camponês.

No decurso do alargamento e da intensificação da luta nas colónias e semicolónias onde o proletariado tem um papel dirigente e predominante (a sabotagem por parte da burguesia implicará a confiscação das empresas dos elementos sabotares, levando inevitavelmente à nacionalização da grande indústria), a revolução democrática-burguesa transformar-se-á em revolução proletária. Nos países onde não existe proletariado, o derrubamento do poder dos imperialistas deve significar a organização do poder dos soviets populares (de camponeses) e a confiscação a favor do Estado das empresas e das terras na posse dos estrangeiros.

Do ponto de vista da luta contra o imperialismo e da conquista do poder pela classe operária, as revoluções coloniais e os movimentos de libertação têm um enorme papel. A importância das colónias e das semicolónias no período de transição resulta igualmente do facto de elas serem, de certo modo, a *região rural do mundo* em contraponto aos países industriais que representam o papel da *cidade mundial*; a organização da economia socialista mundial e a coordenação nacional da indústria e da agricultura dependem em larga medida da atitude para com as antigas colónias do imperialismo. *A realização de uma aliança fraterna e combativa com as massas trabalhadoras das colónias é portanto um dos objectivos principais do proletariado industrial do mundo que exerce a hegemonia da direcção na luta contra o imperialismo.*

O curso da revolução mundial, que arrasta os operários das metrópoles na luta pela ditadura do proletariado, levanta igualmente centenas de milhões de operários e de camponeses coloniais contra o imperialismo estrangeiro. Dada a existência de centros do socialismo organizado nas repúblicas soviéticas e o crescimento do seu poder económico, as colónias desligadas do imperialismo aproximam-se e juntam-se gradualmente aos focos económicos industriais do socialismo mundial, são levadas no leito da edificação socialista, evitando a fase do desenvolvimento capitalista como sistema dominante, e obtêm a possibilidade de um progresso económico e cultural rápido. Agrupando-se politicamente em redor dos centros da ditadura do proletariado, os soviets operários e camponeses das antigas colónias mais desenvolvidas integram-se no sistema em alargamento da federação das repúblicas soviéticas e, pelo mesmo caminho, no sistema mundial da ditadura do proletariado.

O socialismo, como novo modo de produção, adquire assim no seu desenvolvimento uma envergadura mundial.

V. A ditadura do proletariado na URSS e a revolução socialista mundial

1. A edificação do socialismo na URSS e a luta de classes

A divisão da economia mundial entre países do capitalismo e países que constroem o socialismo é a principal manifestação da profunda crise do sistema capitalista. A consolidação interna da ditadura do proletariado na URSS, os sucessos da edificação

socialista, a influência e a autoridade crescente da URSS entre as massas proletárias e os povos oprimidos das colónias significam por consequência a continuação, o reforço e o desenvolvimento da *revolução socialista mundial*.

Dispondo no próprio país as premissas materiais necessárias e suficientes, não somente ao derrubamento dos latifundiários e da burguesia mas também à edificação do socialismo integral, os operários das repúblicas soviéticas, ajudados pelo proletariado internacional, repeliram heroicamente as agressões das forças armadas da contra-revolução interna e externa, consolidaram a sua aliança com as grandes massas camponesas e obtiveram consideráveis sucessos no domínio da edificação socialista.

O correcto relacionamento da indústria socialista proletária com a pequena economia rural, garantindo tanto o crescimento das forças produtivas da agricultura como o papel dirigente da indústria socialista; a articulação desta indústria com a agricultura, em detrimento da produção capitalista para o consumo improdutivo das classes parasitárias; a produção visando não o lucro capitalista mas a satisfação das necessidades em rápido crescimento das massas, o que constitui no final de contas um poderoso estímulo à produção; enfim, a grande concentração das principais alavancas de comando económico nas mãos do Estado proletário, a importância crescente da direcção planificada, de que resulta uma economia e uma melhor repartição dos meios de produção, são outros tantos factores que dão ao proletariado a possibilidade de avançar rapidamente na via da edificação socialista.

Elevando as forças produtivas de toda a economia, prosseguindo inflexivelmente uma política de industrialização da URSS, cujo ritmo acelerado é ditado por toda a situação internacional e interna, o proletariado da URSS, apesar das tentativas reiteradas de boicote financeiro e económico de que é objecto por parte das potências capitalistas, aumenta sistematicamente a importância do sector socializado (socialista) da economia nacional, tanto no domínio dos meios de produção como nos da produção global e da circulação das mercadorias. A indústria, os transportes e o sistema bancário estatal socialista arrastam assim, sem cessar, cada vez mais, na sua esteira a pequena economia rural sobre a qual agem através das alavancas do comércio do Estado e da cooperação em rápido crescimento, nas condições determinadas pela nacionalização do solo e pelo impulso da industrialização.

Na agricultura, em particular, o crescimento das forças produtivas decorre em condições que limitam a diferenciação social dos camponeses (nacionalização do solo e, por consequência, interdição de comprar e de vender terras, impostos fortemente progressivos, crédito à cooperação dos camponeses pobres e às suas associações de produção, legislação reguladora do emprego de mão-de-obra assalariada, supressão de certos direitos políticos e sociais aos camponeses ricos – kulaques – organização de camponeses pobres, etc.). Mas não se encontrando ainda suficientemente desenvolvidas as forças produtivas da indústria socialista para dotar amplamente a agricultura de uma nova técnica e reunir rapidamente as explorações camponesas em grandes explorações agrícolas colectivas, os kulaques aumentam em determinado número e estabelecem uma ligação, primeiro económica, depois política, com os elementos da «nova burguesia».

Tendo nas suas mãos as posições estratégicas dominantes da vida económica; desalojando sistematicamente os vestígios do capital privado urbano, cuja importância foi sensivelmente reduzida no decurso do último período da «nova política económica»; limitando por todos os meios a acção dos exploradores da população rural, que brotam do desenvolvimento das relações mercantis e monetárias; apoiando as propriedades do Estado e encorajando a sua criação; envolvendo as restantes massas dos simples produtores mercantis camponeses no sistema geral da organização económica soviética e, por

consequência, na obra da edificação socialista por meio da cooperação, cujos progressos rápidos, em regime de ditadura do proletariado e sob a direcção económica da indústria socialista, se identificam com o impulso do socialismo; passando do período de reconstrução ao da reprodução alargada de toda a base técnico-produtiva do país, o proletariado da URSS coloca perante si a tarefa – e iniciou já a sua realização – da construção de um vasto programa de obras públicas (produção de meios de produção em geral, indústria pesada e, muito em particular, electrificação) e, paralelamente ao desenvolvimento contínuo da cooperação na venda, compra e crédito, a tarefa da organização cada vez mais ampla dos camponeses em cooperativas de produção, concebidas numa base colectivista com o apoio material por parte do Estado proletário.

O socialismo, que é já o factor decisivo do desenvolvimento da economia da URSS, regista assim grandes progressos e ultrapassa, por um esforço sistemático, as dificuldades suscitadas pelo carácter pequeno-burguês do país e ligadas ao agravamento momentâneo dos antagonismos de classes.

A necessidade do reequipamento da indústria e da realização de grandes obras de construção coloca sérias dificuldades ao desenvolvimento do socialismo, que se explicam, em última instância, pelo estado atrasado da tecnologia e da economia do país e pelas destruições de anos de guerra imperialista e de guerra civil. No entanto, apesar disso, o nível de vida da classe operária e das grandes massas laboriosas eleva-se constantemente e, a par da racionalização socialista e da organização científica da indústria, a jornada de 7 horas é gradualmente introduzida. Estão assim criadas novas perspectivas de melhoria das condições de trabalho e de vida da classe operária.

Unida sob a direcção de um Partido Comunista temperado pelas lutas revolucionárias, apoiada nos campos pelos camponeses pobres, solidamente aliada às massas de camponeses médios e combatendo sem desfalecimento os kulaques, a classe operária arrasta massas cada vez mais amplas de dezenas de milhões de trabalhadores para a obra de edificação do socialismo, na base do crescimento económico da URSS e da importância crescente do sector socialista da sua economia. Os principais meios para atingir esse objectivo são: o desenvolvimento de grandes organizações de massas (o partido como força dirigente, os sindicatos, alicerces do regime da ditadura do proletariado, a Juventude Comunista, todos os tipos de cooperação, as organizações de mulheres, operárias e camponesas, as diversas associações de voluntários, as organizações de correspondentes operários e camponeses da imprensa, as organizações desportivas, científicas, de instrução e cultura), o alargamento por todos os meios da iniciativa das massas, a promoção de operários para postos de responsabilidade em todos os órgãos económicos e administrativos. O envolvimento incessante e crescente das massas na edificação do socialismo, a renovação constante do aparelho de Estado, dos órgãos económicos, dos sindicatos e do partido com novos quadros proletários, a formação sistemática de operários e mais particularmente de jovens operários em estabelecimentos de ensino superior, em cursos especiais, etc., tornando-os em novos quadros técnicos socialistas em todos os ramos da edificação – tais são as principais garantias contra a burocratização e contra a degenerescência social dos quadros proletários dirigentes.

2. A importância da URSS. As suas obrigações revolucionárias internacionais

Esmagado o imperialismo russo, emancipadas as antigas colónias e as nacionalidades oprimidas pelo império tsarista, a ditadura do proletariado assegura a igualdade não apenas formal mas também efectiva das diversas nacionalidades da União, lançando uma base sólida para o seu desenvolvimento cultural e político mediante a industrialização dos seus territórios, consagrando na Constituição da União os direitos das regiões e das repúblicas federadas e realizando integralmente o direito das nações a dispor de si próprias.

País da ditadura do proletariado e da edificação do socialismo, país das imensas conquistas da classe operária, da aliança dos operários e dos camponeses e de uma nova cultura em desenvolvimento sob a bandeira do marxismo, a URSS torna-se necessariamente na base do movimento mundial das classes oprimidas, no foco da revolução internacional e no maior factor da história do mundo.

O proletariado de todos os países encontra pela primeira vez na URSS uma verdadeira pátria, e os movimentos nas colónias um poderoso centro de atracção.

A URSS é assim, no meio da crise geral do capitalismo, um factor dos mais importantes, não somente porque, desligada do sistema capitalista mundial, colocou os fundamentos de um novo sistema económico socialista, mas também porque tem um papel revolucionário, de uma importância excepcionalmente grande: o papel de motor internacional da revolução proletária, que incita os proletários de todos os países à conquista do poder; o papel de exemplo vivo de que a classe operária é capaz não só de destruir o capitalismo, mas também de edificar o socialismo; o papel de protótipo das relações fraternas de todas as nacionalidades no seio da União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da união dos trabalhadores de todos os países no sistema económico mundial único do socialismo que o proletariado estabelecerá depois da conquista do poder.

A existência simultânea de dois sistemas económicos, o sistema socialista da URSS e o sistema capitalista dos outros países, impõe ao Estado proletário o dever de repelir os ataques do mundo capitalista (boicote, bloqueio, etc.), de manobrar no domínio económico e de utilizar as relações económicas com os países capitalistas (através do monopólio do comércio externo, que constitui uma das condições essenciais de uma edificação socialista eficaz, através dos créditos, empréstimos, concessões, etc.). Trata-se em primeiro lugar e principalmente de estabelecer relações mais amplas quanto possível com o estrangeiro, na condição de que sejam vantajosas para a URSS, sobretudo para a consolidação da sua indústria, para o lançamento das bases de uma indústria pesada própria e da electrificação e, finalmente, para a criação de uma indústria socialista de construção de máquinas. Só na medida em que esta independência económica da URSS for assegurada nas condições do cerco capitalista, se criará uma sólida garantia contra a ameaça de destruição da obra de edificação socialista e contra a sua submissão ao sistema capitalista mundial.

Os estados capitalistas, apesar de estarem interessados no mercado da URSS, oscilam constantemente entre os interesses comerciais e o temor do crescimento da URSS, o qual significa também o crescimento da revolução mundial. A tendência para o cerco à URSS e para a guerra contra-revolucionária com vista a restaurar um regime universal de terrorismo burguês constitui a tendência principal e fundamental da política das potências capitalistas.

Todavia, as tentativas sistemáticas de cerco político da URSS e o perigo crescente de uma agressão não impedirão o PC da URSS(b), secção da Internacional Comunista,

dirigente da ditadura do proletariado na URSS, de cumprir os seus deveres internacionais e de apoiar todos os oprimidos: o movimento operário dos países capitalistas, o movimento dos povos coloniais contra o imperialismo, a luta contra todas as formas de opressão nacional.

3. As obrigações do proletariado internacional em relação à URSS

O proletariado internacional, do qual a URSS é a única pátria, trincheira das suas conquistas, factor essencial da sua libertação internacional, tem como dever contribuir para o sucesso da edificação do socialismo na URSS e de defendê-la por todos os meios contra os ataques das potências capitalistas.

«A situação política mundial colocou agora na ordem do dia a ditadura do proletariado e todos os acontecimentos da política mundial se concentram inevitavelmente em torno de um ponto central, a saber: a luta da burguesia mundial contra a República dos Sovietes na Rússia, que agrupa necessariamente em torno de si, por um lado, os movimentos soviéticos dos operários avançados de todos os países e, por outro, todos os movimentos de libertação nacional das colónias e das nacionalidades oprimidas.» (Lénine)⁹

No caso de agressão dos estados imperialistas e de guerra contra a URSS, o proletariado internacional deve responder com as mais audaciosas e mais resolutas acções de massas e a luta pelo derrubamento dos governos imperialistas sob a palavra de ordem da ditadura do proletariado e da aliança com a URSS.

Nas colónias, e mais particularmente naquelas do país imperialista agressor da URSS, é necessário utilizar a dispersão das forças armadas do imperialismo para desenvolver ao mais alto grau a luta anti-imperialista e organizar acções revolucionárias com vista ao derrubamento do jugo do imperialismo e à conquista da completa independência.

O desenvolvimento do socialismo na URSS e o crescimento da sua influência internacional mobilizam contra ela o ódio das potências capitalistas e dos seus agentes da social-democrata, mas suscitam, por outro lado, as mais vivas simpatias das grandes massas de trabalhadores do mundo inteiro e fazem nascer nas classes oprimidas a firme vontade de combater por todos os meios, em caso de agressão imperialista, pelo país da ditadura do proletariado.

Assim, o desenvolvimento das contradições da economia mundial, o desenvolvimento da crise geral do capitalismo e a agressão imperialista contra a URSS conduzirão infalivelmente a uma poderosa explosão revolucionária que enterrará o capitalismo nos países «civilizados», desencadeará a revolução vitoriosa nas colónias, alargará imensamente a base da ditadura do proletariado e constituirá desta forma um grande passo no sentido da vitória definitiva do socialismo no mundo.

⁹ «Teses para o II Congresso da Internacional Comunista», Junho de 1920, V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!», Lisboa, 1979, Tomo III, pág. 352. (N. Ed.)

VI. A estratégia e a tática da Internacional Comunista na luta pela ditadura do proletariado

1. As ideologias hostis ao comunismo no seio da classe operária

O comunismo revolucionário defronta-se, na luta contra o capitalismo pela ditadura do proletariado, com numerosas tendências no seio da classe operária, expressando em grau mais ou menos elevado a subordinação ideológica à burguesia imperialista ou à pressão ideológica sobre o proletariado, da pequena e média burguesia que se insurge de tempos a tempos contra o duro regime do capital financeiro, mas é incapaz de seguir uma estratégia e uma tática firmes, fundadas num pensamento científico e de travar a luta com a organização e estrita disciplina que são próprias ao proletariado.

O formidável poder social do Estado imperialista e de todas as suas instituições auxiliares – escola, imprensa, teatro, igreja – traduz-se antes de mais na classe operária pela existência de tendências *confessionais e reformistas*, obstáculo principal à revolução socialista do proletariado.

As tendências confessionais da classe operária, tingidas de religião, encontram a sua expressão nos *sindicatos confessionais*, muitas vezes ligados às organizações políticas correspondentes da burguesia e colados a uma ou outra organização clerical da classe dominante (sindicatos católicos, juventudes cristãs, organizações sionistas e outras). Todas estas tendências, que manifestam com clareza a sujeição ideológica de certos meios proletários, têm muitas vezes um aspecto romântico feudal. Sancionando em nome da religião todas as infâmias do regime capitalista e aterrorizando os seus fiéis pela ameaça dos castigos de além-túmulo, os dirigentes dessas organizações formam no seio do proletariado a ala dos agentes mais *reaccionários* da classe inimiga.

O *reformismo «socialista»* contemporâneo constitui o aspecto comercial, cínico, laico e imperialista da submissão ideológica do proletariado à influência da burguesia. Tomando os seus mandamentos das tábuas da lei imperialista, o reformismo «socialista» tem, nos nossos dias, o seu modelo acabado, conscienciosamente anti-socialista e francamente contra-revolucionário, na Federação Americana do Trabalho. A ditadura «ideológica» da burocracia sindical americana perfeitamente domesticada, exprimindo ela própria a ditadura «ideológica» do dólar, tornou-se, por intermédio do reformismo inglês e dos socialistas monárquicos do *Labour Party*, parte integrante essencial da teoria e da prática da social-democracia internacional e dos dirigentes da Internacional de Amsterdão. Os chefes da social-democracia alemã e austríaca limitam-se a embrulhar as mesmas teorias numa fraseologia marxista servindo para dissimular a sua traição completa ao marxismo.

O reformismo «socialista», inimigo principal do comunismo revolucionário no movimento operário, que possui uma larga base de organização nos partidos sociais-democratas e, por seu intermédio, nos sindicatos reformistas, manifesta-se em toda a sua política e toda a sua teoria como uma força dirigida *contra a revolução proletária*.

Em *política externa*, os partidos sociais-democratas participaram na guerra imperialista sob a bandeira da «defesa nacional». A expansão do Estado imperialista e a «política colonial» têm o seu apoio em todos os momentos; a orientação para a «santa aliança» contra-revolucionária das potências imperialistas (Sociedade das Nações), a predicação do «super-imperialismo», a mobilização das massas sob palavras de ordem pseudo-pacifistas, o apoio activo aos manejos e preparativos de guerra do imperialismo contra a URSS, tais são os traços característicos da política externa do reformismo.

Em *política interna*, a social-democracia atribui-se como tarefa apoiar o regime capitalista e colaborar com ele. Apoio sem reservas à racionalização e à estabilidade do capitalismo, paz de classes, «paz industrial», política de integração das organizações operárias nas organizações patronais e no Estado imperialista espoliador, aplicação da «democracia económica», que na realidade é apenas a subordinação completa ao capital dos *trusts*, culto do Estado imperialista e particularmente dos seus símbolos pseudo-democráticos, participação na formação dos órgãos do Estado (polícia, exército, guarda, justiça de classe), defesa desse Estado contra qualquer ataque do proletariado comunista revolucionário, papel de carrasco nas crises revolucionárias, tal é a política interna do reformismo. Simulando a luta sindical, o reformismo atribui-se como tarefa, também neste domínio, evitar qualquer abalo à classe capitalista e assegurar em qualquer caso a inviolabilidade da propriedade capitalista.

No domínio da *teoria*, a social-democracia, passando do revisionismo a um reformismo liberal-burguês acabado e ao social-imperialismo provado, renegou completamente o marxismo: substituiu a doutrina marxista das contradições do capitalismo pela doutrina burguesa do desenvolvimento harmonioso do regime; relegou para os arquivos a doutrina das crises e da pauperização do proletariado; transformou a ardente e ameaçadora teoria da luta de classes na exortação banal da paz das classes; transformou a doutrina do agravamento dos antagonismos de classe na fábula pequeno-burguesa da «democratização» do capital; à teoria da inevitabilidade das guerras em regime capitalista contrapôs o logro e a predicação mentirosa do super-imperialismo; trocou a teoria da queda revolucionária do capitalismo pela moeda falsa do capitalismo «são» transformando-se pacificamente em socialismo, substituiu a revolução pela evolução; a destruição do Estado burguês pela participação activa na sua edificação; a doutrina da ditadura do proletariado pela teoria da aliança com a burguesia; a doutrina da solidariedade proletária internacional pela da defesa nacional imperialista; o materialismo dialéctico de Marx por uma filosofia idealista tricotada com os desperdícios religiosos da burguesia.

No seio deste reformismo social-democrata distinguem-se várias correntes que fazem sobressair particularmente a degenerescência burguesa da social-democracia.

O «*socialismo-construtivo*» (Mac Donald e Cia.), que leva até no nome a ideia da luta contra a revolução proletária e a aprovação do regime capitalista, continua as tradições burguesas, liberais, filantrópicas e anti-revolucionárias do fabianismo (Webb, Bernard Shaw, lord Olivier e outros). Repudiando no seu princípio a ditadura do proletariado e o recurso à violência contra a burguesia, o «socialismo construtivo» concorre para a violência exercida contra o proletariado e os povos coloniais. Apologista do Estado capitalista, preconizando o capitalismo de Estado sob a máscara do socialismo, proclamando como «pré-científica» a teoria da luta das classes – em uníssono com os mais vulgares ideólogos do imperialismo dos dois hemisférios –, o «socialismo construtivo» preconiza em palavras um programa moderado de nacionalização com indemnizações, de impostos sobre a renda da propriedade, de impostos sobre as heranças e sobre o superlucros, como meio de destruir o capitalismo. Adversário decidido da ditadura do proletariado na URSS, o «socialismo construtivo», estreitamente ligado à burguesia, é inimigo activo do movimento comunista do proletariado e das revoluções coloniais.

O *cooperativismo* ou *socialismo cooperador* (Charles Gide, Totomiantz e Cia.), repele com a mesma energia a luta de classes e preconiza a cooperação de consumo como o meio de vencer pacificamente o capitalismo, contribuindo na realidade por todos os meios para a sua consolidação. É uma variedade do «socialismo construtivo». O «cooperativismo», que

dispõe do vasto aparelho de propaganda das organizações de massas da cooperação de consumo exerce na vida quotidiana uma influência sistemática sobre as grandes massas, combate encarniçadamente o movimento operário revolucionário e entrava a realização dos seus objectivos; representa actualmente um dos factores mais activos da contra-revolução reformista.

O «*Guild Socialism*» (Penty, Orage, Hobson, etc.) esforça-se com eclectismo de reunir o sindicalismo «revolucionário» e o fabianismo liberal burguês, a descentralização anarquista (guildas¹⁰ industriais nacionais) e a centralização de Estado, o corporativismo artesanal, limitado, medieval, e o capitalismo moderno. Procedendo da reivindicação verbal da «abolição do salariado», considerado como «imoral» e que deveria ser substituído pelo controlo operário da indústria, o *Guild Socialism* ilude completamente a questão seguinte: a do poder. Aplicando-se em reunir os operários, os intelectuais e os técnicos numa federação nacional industrial de «guildas», e a transformá-las pacificamente em órgãos de administração da indústria no quadro do Estado burguês («controlo interno»), o *Guild Socialism* defende na realidade esse Estado, dissimula o seu carácter de classe, imperialista, antiproletário, atribui-lhe um papel «acima das classes» de representantes dos interesses comuns dos «consumidores» em contraposição aos «produtores» organizados nas guildas. Pela sua propaganda de «democracia funcional», isto é, de uma representação das classes da sociedade capitalista sob a forma de profissões e das suas funções sociais na produção, o *Guild Socialism* abre a via ao «Estado corporativo» do fascismo. Repudiando o parlamentarismo e a «acção directa», a maior parte dos adeptos deste movimento votam a classe operária à completa inacção e à submissão passiva à burguesia. Este socialismo é uma variedade utopista e trade-unionista do oportunismo e não pode, por consequência, deixar de ter um papel contra-revolucionário.

O *austro-marxismo* é uma outra forma particular do reformismo social-democrata. Parte integrante da «esquerda» social-democrata, representa a forma mais subtil de enganar as massas populares. Prostituindo a terminologia marxista e rompendo ao mesmo tempo com os princípios fundamentais do marxismo-revolucionário (os austro-marxistas declaram-se, em filosofia, adeptos de Kant, de Mach, etc.), namorando a religião, tomando de empréstimo aos reformistas ingleses a teoria da «democracia funcional», colocando-se no terreno da edificação da república, isto é, da construção do Estado burguês, o austro-marxismo recomenda a cooperação das classes nos períodos ditos de «equilíbrio das forças sociais», ou seja, precisamente quando amadurece a crise revolucionária. Esta teoria não é senão a justificação da aliança com a burguesia para o derrubamento da revolução proletária sob a máscara da defesa da «democracia» contra os ataques da reacção. A violência admitida pelo austro-marxismo em caso de ataques da reacção transforma-se objectivamente na prática em violência da reacção contra a revolução proletária. O «papel funcional» do austro-marxismo consiste em enganar os operários que avançam para o comunismo; o austro-marxismo é assim um inimigo particularmente temível, mais temível ainda que os partidários declarados do social-imperialismo sem escrúpulos.

Se todas as tendências, partes integrantes do reformismo «socialista», constituem uma espécie de agência da burguesia imperialista no seio da classe operária, o comunismo defronta-se, por outro lado, com diversas correntes pequeno-burguesas reflectindo e exprimindo as flutuações das camadas sociais instáveis (pequena burguesia urbana, média burguesia em vias de dissolução, lupem-proletariado, boémia intelectual desclassificada, artesãos caídos na miséria, alguns grupos de camponeses e muitos outros elementos). Estas

¹⁰ Associações que remontam à Idade Média agrupando artesãos, comerciantes, artistas outros indivíduos com interesses comuns visando a sua protecção e assistência (*N. Ed.*).

correntes, que se distinguem por uma extrema instabilidade política, dissimulam muitas vezes, sob uma fraseologia de esquerda uma política de direita ou caem no aventureirismo, substituem o conhecimento objectivo das forças em presença por uma ruidosa gesticulação política, passam frequentemente das profissões de fé revolucionárias mais insolentes ao mais profundo pessimismo e a verdadeiras capitulações face ao inimigo. Estas correntes podem, em certas condições, sobretudo no momento de bruscas mudanças na situação política e na necessidade de recuos momentâneos, ter nas fileiras do proletariado um papel desorganizador dos mais perigosos e entravar assim o movimento revolucionário.

O *anarquismo*, cujos representantes mais destacados (Kropótkine, Jean Grave e outros) traíram e passaram durante a guerra de 1914-1918 para a burguesia imperialista, nega a necessidade de grandes organizações centralizadas e disciplinadas do proletariado e deixa assim este último impotente face às organizações poderosas do capital. A sua propaganda do terrorismo individual desvia o proletariado dos métodos de organização e de luta de massas. Repudiando a ditadura do proletariado em nome de uma «liberdade» abstracta, o anarquismo priva o proletariado da sua arma mais importante e mais eficaz contra a burguesia, contra os seus exércitos e os seus órgãos de repressão. Afastado de todo o movimento de massas nos centros mais importantes da luta proletária, o anarquismo reduz-se cada vez mais a uma seita que, pela sua tática e manifestações, nomeadamente contra a ditadura da classe operária na URSS, se integra objectivamente na frente das forças anti-revolucionárias

Tal como o anarquismo, o «*sindicalismo revolucionário*» cujos numerosos ideólogos passaram, nas horas mais críticas da guerra, para a contra-revolução «antiparlamentar» de tipo fascista ou tornaram-se pacíficos reformistas de tipo social-democrata, constitui, em toda a parte onde exerça qualquer influência, um entrave à radicalização das massas operárias pela sua negação da luta política (particularmente do parlamentarismo revolucionário) e da ditadura revolucionária do proletariado, pela sua propaganda de uma descentralização corporativa do movimento operário em geral e do movimento sindical em particular, pela sua negação da necessidade da insurreição e, enfim, pela sua sobrestimação da greve geral («tática dos braços cruzados»). Os seus ataques contra a URSS, ligados à negação da ditadura do proletariado, colocam-no, neste âmbito, no mesmo plano que a social-democracia.

Todas estas tendências, todos estes cambiantes se unem à *social-democracia*, o principal inimigo da revolução proletária na questão *política fundamental da ditadura do proletariado*. É por isso que, mais ou menos decididamente, elas fazem frente única com a social-democracia contra a URSS. A social-democracia, tendo renegado completamente o marxismo, apoia-se, por um lado, cada vez mais, na ideologia dos «fabianos», do socialismo construtivo e do *guild socialism*. Assim se forma uma ideologia liberal-reformista oficial do «socialismo» burguês da II Internacional.

Nos países coloniais e entre os povos e as raças oprimidas, o comunismo defronta-se, no seio do movimento operário, com a influência de tendências particulares que tiveram em determinada época um certo papel positivo, mas que se tornaram, numa nova etapa, em forças reaccionárias.

O *sun-yat-senismo* foi, na China, a ideologia de um «socialismo» pequeno-burguês e popular. A noção de povo velava e dissimulava na doutrina dos «três princípios» (nacionalismo, democratismo, socialismo) a noção das classes sociais; o socialismo já não era um modo específico de produção, mas tornava-se num estado indeterminado de bem-estar geral; a luta contra o imperialismo não se juntava ao desenvolvimento da luta de classes no país. Por isso, o sun-yat-senismo, que teve na primeira fase da revolução chinesa

um grande papel positivo, tornou-se, na sequência da diferenciação social ulterior e da marcha da revolução chinesa, num obstáculo a esta revolução. Os epígonos do sun-yat-senismo, exagerando precisamente os aspectos desta doutrina tornados objectivamente reaccionários, fizeram dela a ideologia oficial do Kuomitang que se tornou abertamente contra-revolucionário. A formação ideológica das massas do proletariado e dos trabalhadores camponeses da China deve, por consequência, ser acompanhada de uma luta enérgica contra o logro do Kuomitang e ultrapassar os vestígios do sun-yat-senismo.

As tendências tais como o *gandhismo hindu*, profundamente penetradas por ideias religiosas, idealizando as formas mais reaccionárias e mais atrasadas da economia social, não vendo outra saída senão a do retorno a essas formas atrasadas e não a do socialismo proletário, tornaram-se, no decurso do desenvolvimento da revolução, em forças francamente reaccionárias. O gandhismo é cada vez mais uma ideologia oposta à revolução das massas populares. O comunismo deve combatê-la com energia.

O *garveísmo*, que foi a ideologia dos pequenos proprietários e dos operários negros da América e que guardou uma certa influência sobre as massas negras tornou-se também num obstáculo à entrada dessas massas na via revolucionária. Depois de ter reivindicado para os negros uma completa igualdade social, transformou-se numa espécie de «sionismo» negro que, em lugar de preconizar a luta contra o imperialismo americano, lança a palavra de ordem «do retorno a África». Esta ideologia perigosa, que nada tem de autenticamente democrático e se contenta em agitar os atributos aristocráticos de um «reino negro» inexistente, deve ser confrontada com uma resistência enérgica porque, longe de contribuir para a luta emancipadora das massas negras contra o imperialismo americano, a obstaculiza.

A todas estas tendências se opõe o *comunismo proletário*. Grande ideologia da classe operária revolucionária internacional, distingue-se de todas, e em primeiro lugar da social-democracia, pela *luta revolucionária, teórica e prática que trava, em pleno acordo com a doutrina de Marx e Engels pela ditadura proletária utilizando todas as formas de acção de massas do proletariado*.

2. As tarefas essenciais da estratégia e da táctica comunistas

A luta vitoriosa da Internacional Comunista pela ditadura do proletariado supõe a existência, em todos os países, de um partido comunista temperado nos combates, disciplinado, centralizado, estreitamente ligado às massas.

O partido é a vanguarda da classe operária, vanguarda formada pelos seus melhores membros, os mais conscientes, os mais activos, os mais corajosos. Incarna a experiência de toda a luta proletária. Ancorado na teoria revolucionária marxista, representando os interesses gerais e permanentes do conjunto da classe, o partido incarna a unidade dos princípios, da vontade e da acção revolucionárias do proletariado. Constitui uma organização revolucionária cimentada por uma disciplina de ferro e pela ordem revolucionária mais estrita do centralismo democrático; estes resultados são obtidos pela consciência de vanguarda proletária, pela sua dedicação à revolução, pelo seu contacto permanente com as massas proletárias, pela justeza da sua direcção política que a própria experiência das massas ilumina e controla.

O Partido Comunista deve, para cumprir a sua tarefa histórica, conquistar a ditadura proletária – perseguir e atingir primeiro os objectivos estratégicos seguintes:

Ganhar para a sua influência a maioria da sua própria classe – os operários e a juventude operária. Para o efeito é necessário assegurar a influência decisiva do Partido Comunista sobre as amplas organizações de massas do proletariado (soviets, sindicatos, comissões de empresa, cooperativas, organizações desportivas, culturais, etc.). Importa sobretudo, para ganhar a maioria do proletariado, conquistar os *sindicatos*, verdadeiras organizações de massas da classe operária, ligados à sua luta quotidiana. O trabalho nos sindicatos reaccionários, que é preciso saber habilmente ganhar, a conquista da confiança das largas massas de sindicalizados, a substituição dos dirigentes reformistas destes sindicatos, constitui uma das tarefas mais importantes do período preparatório.

A conquista da ditadura do proletariado supõe igualmente a hegemonia do proletariado sobre *grandes camadas das massas laboriosas*. Nesse sentido, o Partido Comunista deve ganhar para a sua influência as massas da população pobre das cidades e dos campos, as camadas inferiores dos intelectuais, a «arraia-miúda», numa palavra, ou seja, a população pequeno-burguesa em geral. A acção tendente a assegurar a influência do partido sobre os camponeses tem particular importância. O Partido Comunista deve assegurar-se do apoio completo dos elementos mais próximos do proletariado nos campos: operários agrícolas e camponeses pobres. Impõe-se portanto a necessidade de organizar como tal os operários agrícolas, de os apoiar por todos os meios na sua luta contra a burguesia rural e de prosseguir uma acção enérgica entre os pequenos camponeses e os camponeses parcelares.¹¹ A política do Partido Comunista deve esforçar-se por neutralizar os camponeses médios (nos países capitalistas desenvolvidos).

O cumprimento destas diversas tarefas pelo proletariado, tornado representante dos interesses do povo inteiro e no guia das grandes massas populares contra a opressão do capital financeiro, é a condição prévia necessária de uma revolução comunista vitoriosa.

A luta revolucionária *nas colónias, semicolónias e países dependentes* constitui, do ponto de vista da luta mundial do proletariado, uma das mais importantes tarefas estratégicas da Internacional Comunista. Esta luta pressupõe a conquista, sob a bandeira da revolução, das mais amplas massas da classe operária e dos camponeses das colónias, conquista impossível sem uma estreita colaboração entre o proletariado das nações opressoras e das massas laboriosas das nações oprimidas.

Organizando, sob a bandeira da ditadura do proletariado, a revolução contra o imperialismo nas potências ditas «civilizadas», a Internacional Comunista apoia toda a resistência à violência imperialista nas colónias, nas semicolónias e nos países dependentes (exemplo: a América Latina); combate pela propaganda todas as variedades do chauvinismo, todos os procedimentos imperialistas usados contra as raças e os povos subjugados, grandes e pequenos (em relação aos negros, à «mão-de-obra amarela», ao anti-semitismo, etc.); apoia a luta destas raças e destes povos contra a burguesia das nações opressoras. A Internacional Comunista combate sobretudo com energia, o chauvinismo das grandes potências pregado tanto pela burguesia imperialista como pela sua agência social-democrata, a II Internacional; à prática da burguesia imperialista opõe incessantemente a da União Soviética, que soube estabelecer relações fraternas entre os povos iguais em direitos.

Nos países do *imperialismo*, os partidos comunistas devem acorrer sistematicamente em ajuda aos movimentos revolucionários emancipadores das colónias e de um modo geral aos movimentos das nacionalidades oprimidas. O dever de prestar a esses movimentos o apoio

¹¹ O termo camponeses parcelares designa uma camada do campesinato que dispõe de um ou vários pedaços de terra, próprios ou arrendados, e se baseia exclusiva ou predominantemente na força de trabalho familiar. (N. Ed.)

mais activo incumbe em primeiro lugar aos operários do país do qual a nação oprimida depende politicamente, economicamente ou financeiramente. Os partidos comunistas devem um alto reconhecimento ao direito de separação das colónias e preconizar esta separação, isto é, a independência das colónias em relação ao Estado imperialista. Devem reconhecer o direito à defesa armada das colónias contra o imperialismo (direito à insurreição e à guerra revolucionária) e preconizar e apoiar energicamente esta luta por todos os meios. Os partidos comunistas têm o mesmo dever em relação a todas as nações oprimidas.

Nas *colónias e semicolónias*, os partidos comunistas devem combater vigorosamente o imperialismo estrangeiro, preconizando ao mesmo tempo a aproximação e a aliança com o proletariado dos países imperialistas; lançar, difundir e aplicar abertamente a palavra de ordem da revolução agrária, sublevando as grandes massas de camponeses para o derrubamento dos latifundiários e combatendo a influência reaccionária e medieval do clero, das missões e de outros elementos análogos.

Aqui, a tarefa fundamental é a de formar organizações *independentes* de operários e de camponeses (partido comunista como partido de classe do proletariado, sindicatos, ligas e comités de camponeses, soviets nas situações revolucionárias, etc.) e de as subtrair à influência da burguesia nacional com a qual não são admissíveis acordos temporários senão na medida em que esta não entrave a organização revolucionária dos operários e dos camponeses e combata efectivamente o imperialismo.

Na definição da sua tática, o partido comunista deve ter em conta a situação concreta, interna e externa, da relação das forças sociais, do grau de estabilidade e de solidez da burguesia, do grau de preparação do proletariado, da posição das camadas intermédias, etc. Em função destas condições gerais, o partido formula as suas palavras de ordem e os seus métodos de luta. Lançando palavras de ordem transitórias no começo de uma situação revolucionária e formulando reivindicações parciais determinadas pela situação concreta, o partido deve subordinar essas reivindicações e essas palavras de ordem ao seu objectivo revolucionário de tomada do poder e derrubamento da sociedade capitalista-burguesa. Seria igualmente inadmissível que o partido se abstraísse das necessidades e da luta quotidiana da classe operária ou se se confinasse aos limites destas necessidades e desta luta. Partindo destas necessidades quotidianas, a tarefa do partido é *conduzir a classe operária à luta revolucionária pelo poder*.

Num momento de *afluxo revolucionário*, quando as classes dirigentes estão desorganizadas, as massas em estado de efervescência revolucionária, as camadas intermédias inclinadas para o lado do proletariado, as massas prontas a agir e a sacrificar-se, perante o partido do proletariado coloca-se a tarefa de conduzi-las directamente ao assalto do Estado burguês. Isto alcança-se por via da propaganda, com palavras de ordem transitórias cada vez mais agudizadas (soviets, controlo operário da produção, desarmamento da burguesia, armamento do proletariado, etc.) e da organização de *acções das massas*, às quais devem subordinar-se todas as formas de agitação e de propaganda do partido, incluindo a agitação parlamentar. Estas acções de massas são: as greves, greves articuladas com as manifestações, manifestações armadas articuladas com greves, por fim, a greve geral juntamente com a insurreição armada contra o poder do Estado da burguesia. Esta última forma superior da luta está sujeita às regras da arte militar, pressupõe um plano militar, operações militares de carácter ofensivo, a fidelidade incondicional e o heroísmo do proletariado. As acções desta espécie devem ter como premissas a organização de amplas massas em unidades de combate, cuja própria forma arrasta e põe em movimento o maior número possível de trabalhadores (soviets de deputados operários e

camponeses, soviets de soldados, etc.), e a intensificação do trabalho revolucionário no exército e na armada.

No cumprimento destas tarefas e na passagem a novas palavras de ordem mais agudizadas, é necessário ter presente a regra fundamental da tática política do leninismo, que exige habilidade para conduzir as massas para posições revolucionárias de forma a que elas se convençam com base na experiência própria da justeza da linha do partido. A não observação desta regra leva inevitavelmente à ruptura com as massas, ao «putchismo», à degenerescência ideológica do comunismo num sectarismo de «esquerda» e num aventureirismo «revolucionário» pequeno-burguês. Mas não é menos perigoso não aproveitar o apogeu de uma situação revolucionária, quando é dever do partido atacar o inimigo com audácia e determinação. Deixar passar esta ocasião, não desencadear a insurreição é deixar a iniciativa ao adversário e votar a revolução a uma derrota.

Na *ausência* de um afluxo revolucionário, os partidos comunistas, partindo das necessidades quotidianas dos trabalhadores devem formular palavras de ordem e reivindicações *parciais*, desenvolvendo-as e encadeando-as com objectivos fundamentais da Internacional Comunista. Devem no entanto abster-se de palavras de ordem *transitórias*, especialmente apropriadas a uma situação revolucionária, e, na ausência desta, transformá-las em palavras de ordem de integração no sistema das organizações capitalistas (exemplo: o controlo operário, etc.). Das palavras de ordem e reivindicações parciais depende em absoluta, e em geral, uma boa tática; as palavras de ordem transitórias são inseparáveis de uma situação revolucionária. Por outro lado, é incompatível com os princípios táticos do comunismo renunciar «por princípio» às reivindicações parciais e às palavras de ordem transitórias, uma vez que, na prática, isso seria condenar o partido à passividade e isolá-lo das massas. A tática da *frente única*, meio mais eficaz de luta contra o capital e de mobilização das massas num espírito de classe, de desmascarar e isolar os chefes reformistas, é um dos elementos da tática dos partidos comunistas *durante todo o período pré-revolucionário*.

A aplicação correcta da tática da frente única, e mais em geral a solução do problema da conquista das massas, supõe por seu lado uma acção sistemática e perseverante nos sindicatos e nas outras organizações de massas do proletariado. Desde que se trate de uma organização de massas, a filiação no sindicato, seja ele o mais reaccionário, é o dever imediato de todo o comunista.

Só mediante uma acção constante e continuada nos sindicatos e nas empresas de defesa enérgica e firme dos interesses dos operários – combatendo paralelamente sem piedade a burocracia reformista – é possível colocar-se à cabeça de uma luta operária e ligar o partido à massa dos sindicalizados.

Ao contrário da política divisionista dos reformistas, os comunistas defendem a *unidade sindical* na base da luta de classes, quer em cada país quer à escala internacional, apoiando e consolidando com todas as suas forças a acção da *Internacional Sindical Vermelha*.

Tomando em toda a parte a defesa dos interesses imediatos, quotidianos, da massa operária e dos trabalhadores em geral, explorando para fins de agitação e propaganda revolucionária a tribuna parlamentar burguesa, subordinando todos os objectivos parciais à luta pela ditadura do proletariado, os partidos da Internacional Comunista formulam reivindicações parciais e avançam palavras de ordem nos seguintes domínios principais:

Questão operária – no sentido estrito da palavra: questões relacionadas com a luta *económica* (luta contra a ofensiva do capital dos *trusts*, salários, jornadas de trabalho arbitragem obrigatória, desemprego), que *se tornam* questões de luta política geral (grandes conflitos industriais, direitos de coligação e de greve, etc.); questões nitidamente

políticas (impostos, carestia da vida, fascismo, repressão contra os partidos revolucionários, terror branco, política geral do governo); questões de política *mundial* (atitude para com a URSS e as revoluções coloniais, luta pela unidade do movimento sindical internacional, luta contra o imperialismo e ameaças de guerra, preparação sistemática para a luta contra a *guerra* imperialista).

Na questão *camponesa*, o problema dos impostos, das hipotecas, da luta contra o capital usurário, da penúria das terras de que sofrem os camponeses pobres, das rendas e foros, etc., suscitam reivindicações parciais da mesma ordem. O Partido Comunista, partindo daí, deve acentuar e generalizar as suas palavras de ordem até à reclamação da confiscação dos domínios pertencentes aos latifundiários e o governo operário e camponês (sinónimo da ditadura do proletariado nos países capitalistas desenvolvidos e sinónimo de ditadura democrática do proletariado nos países atrasados e em diversas colónias).

É necessário, igualmente, prosseguir uma acção sistemática no seio da *juventude* operária e camponesa (principalmente através da ICJ e das suas secções), assim como entre as *mulheres* operárias e camponesas, inspirando-se nas suas condições de vida, nas suas lutas, ligando as suas reivindicações às reivindicações gerais e às palavras de ordem de combate do proletariado.

Na luta contra a opressão dos *povos coloniais*, os partidos comunistas formulam nas próprias colónias as reivindicações parciais ditadas pela situação particular de cada país: igualdade completa das nacionalidades e das raças; abolição dos privilégios dos estrangeiros; liberdade de associação para os operários e camponeses; diminuição da jornada de trabalho; interdição do trabalho infantil; abolição dos contratos espoliadores e usurários; redução e supressão das rendas; diminuição dos impostos; recusa do pagamento dos impostos, etc. Todas estas palavras de ordem parciais devem ser subordinadas às reivindicações essenciais dos partidos comunistas: independência completa do país, expulsão dos imperialistas, governo operário e camponês, a terra para o povo, jornada das oito horas, etc. Nos países do imperialismo têm o dever de *apoiar* esta luta das colónias, de reclamar tenazmente o retorno das tropas imperialistas, de defender pela propaganda no exército e na armada os países oprimidos lutando pela sua emancipação, de mobilizar as massas para o boicote do transporte das tropas e das armas, de organizar, em relação com estas acções, greves e outras formas de protesto de massas, etc.

A Internacional Comunista deve dar particular atenção à preparação sistemática da luta contra os perigos de *guerra imperialista*. Desmascarar impiedosamente o social-chauvinismo, o social-imperialismo, as frases pacifistas que dissimulam os desígnios imperialistas da burguesia; difundir as palavras de ordem essenciais da Internacional Comunista; prosseguir todos os dias um trabalho de organização neste sentido e combinar obrigatoriamente as suas formas legais e ilegais; prosseguir um trabalho organizado no exército e na armada, tal deve ser a actividade dos partidos comunistas. As palavras de ordem fundamentais da Internacional Comunista devem ser as seguintes: transformação da guerra imperialista em guerra civil, derrota do «seu próprio» governo imperialista, defesa por todos os meios da URSS e das colónias em caso de guerra imperialista contra elas. A propaganda destas palavras de ordem, a denúncia dos sofismas «socialistas» e da camuflagem «socialista» da Sociedade das Nações, a recordação constante da experiência da guerra de 1914-1918 são deveres imperativos que incumbem a todas as secções e a todos os membros da Internacional Comunista.

A coordenação do trabalho e das acções revolucionárias e a sua boa direcção impõem ao proletariado internacional uma *disciplina internacional de classe*, da qual a rigorosa disciplina internacional nas fileiras dos partidos comunistas é a condição essencial. Esta

disciplina comunista internacional deve traduzir-se pela subordinação dos interesses parciais e locais do movimento aos seus interesses gerais e permanentes e pela estrita aplicação de todas as decisões dos órgãos dirigentes da Internacional Comunista por todos os comunistas.

Ao contrário da II Internacional social-democrata, em que cada partido se submete à disciplina da «sua própria» burguesia nacional e da sua «pátria», as secções da Internacional Comunista não conhecem senão uma disciplina, a do proletariado internacional que assegura a luta vitoriosa dos operários de todos os países pela ditadura mundial do proletariado. Ao invés da II Internacional, que divide os sindicatos, combate os povos coloniais e se une à burguesia, a Internacional Comunista é a organização que defende a unidade dos proletários de todos os países, dos trabalhadores de todas as raças e de todos os povos em luta contra o jugo imperialista.

Qualquer que seja o terror sangrento da burguesia, os comunistas travam este combate com abnegação e coragem em todos os sectores da frente internacional da luta de classes, firmemente convictos da inevitabilidade e da inelutabilidade da vitória do proletariado.

«Os comunistas desdenham ocultar as suas opiniões e os seus propósitos. Declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pela transformação violenta de toda a ordem social até hoje existente. Podem as classes dominantes tremer ante uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder e a não ser as suas cadeias. Têm um mundo a ganhar.

«Proletários de todos os países, uni-vos!»¹²

¹² Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!», Lisboa, 1982, pág. 136. (N. Ed.)